

TUA COR É O QUE ELES OLHAM

Organização

Carlos Alberto Figueiredo da Silva

Rio de Janeiro
2017



H. P. Comunicação
Editora

SILVA, Carlos Alberto Figueiredo da. *Et al.*
Tua cor é o que eles olham
Rio de Janeiro, julho de 2017
164 páginas

HP Comunicação Editora	ISBN 7576
Ciências Sociais	CDD - 300
Jornalismo	CDD - 070
Artes recreativas, esportes	CDD - 790

COPYRIGHT:

CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO DA SILVA (ORG.)

ISBN 978-85-7576-218-9

Editor
Paulo França

Créditos para as imagens: Raphael Almeida Silva Soares

Direitos desta edição reservados ao organizador e demais autores,
conforme contrato com a Editora. É proibida a reprodução total
ou parcial desta obra sem autorização expressa dos mesmos.

TUA COR É O QUE ELES OLHAM

CONSELHO EDITORIAL

Dr. José Pedro Sarmiento de Rebocho Lopes,
Universidade do Porto
Dr. Jorge França Motta,
Centro Universitário Augusto Motta
Dr^a Maria José Carvalho,
Universidade do Porto
Dr. Roberto Ferreira dos Santos,
Universidade Salgado de Oliveira

RIO DE JANEIRO, JULHO DE 2017

HP COMUNICAÇÃO EDITORA
TEL.: 0 XX 21 - 3393-4212 - 97202-6940
jornalcorreio2010@gmail.com

Os artigos aqui publicados foram avaliados
pelos pares acadêmicos dos autores.

O Editor

Feira Moderna¹

Beto Guedes, Lô Borges & Fernando Brant

Tua cor é o que eles olham, velha chaga
Teu sorriso é o que eles temem, medo, medo
Feira moderna, o convite sensual
Oh! telefonista, a palavra já morreu
Meu coração é novo
Meu coração é novo
E eu nem li o jornal
Nessa caverna, o convite é sempre igual
Oh! telefonista, se a distância já morreu
Independência ou morte
Descansa em berço forte
A paz na terra, amém.

¹ *Feira Moderna*, música de Beto Guedes, Lô Borges e Fernando Brant. Álbum: **Amor de Índio**, vinil, 1978. MPB, Rock Progressivo. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZlajvjiTzo8>.

Sumário

Apresentação	11
Capítulo I - <i>Velha chaga</i> Rodrigo da Silva Abreu e Carlos Alberto Figueiredo da Silva.....	15
Capítulo II - <i>Tua cor é o que eles temem</i> Raphael Almeida Silva Soares, Catia Malachias Silva Crelier, Aroldo Evangelista da Silva Junior e Luiz Felipe Roque da Silva.....	37
Capítulo III - <i>Feira Moderna</i> Cátia Malachias Silva Crelier, Aroldo Evangelista da Silva Junior, Luiz Felipe Roque da Silva e Raphael Almeida Silva Soares.....	53
Capítulo IV - <i>Nessa caverna o convite é sempre igual</i> Juliana de Jesus Pinheiro Peres e Carlos Alberto Figueiredo da Silva.....	69
Capítulo V - <i>Independência ou morte</i> Allan Lopes, Felipe da Silva Triani, Simone Freitas Chaves e Jorge Felipe Columá.....	93
Capítulo VI - <i>Meu coração é novo</i> Luiz Felipe Roque da Silva, Cátia Malachias Silva Crelier, Raphael Almeida Silva Soares e Aroldo Evangelista da Silva Junior.....	117
Capítulo VII - <i>Eu nem li o jornal</i> Catia Malachias Silva Crelier.....	133

PREFÁCIO

O grito de realidade irrompe o silêncio e o monólogo da academia para clamar por diálogos sólidos e consistentes com a sociedade. O movimento se inicia e os estudos corporificam fragmentos do complexo societal e as áreas de conhecimento se apresentam, consubstanciando as lutas sociais em prol da igualdade de condições sociais, religiosas e outras. No campo da Educação Física, lugar de expressão do ser pelo movimento corporal, as marcas do vivido nessas lutas se evidenciam.

TUA COR É O QUE ELES OLHAM é a apresentação da diversidade esportiva como lugares de encantos e desencantos que recuperam as dores da constituição das relações étnico-raciais na sociedade brasileira. Obra originária do esforço do professor e pesquisador Carlos Alberto Figueiredo da Silva, que há mais de uma década se lança em estudos e projetos a favor da etnometodologia, relações étnico-sociais e esporte, inclusão social, projetos esportivos sociais.

Com **TUA COR É O QUE ELES OLHAM** a questão metodológica emerge: qual seria a estratégia a ser adotada para apresentar um tema tão caro à sociedade atual, como a de relações étnico-raciais? A resposta é constituída coletivamente com os autores colaboradores dessa obra, a partir de textos ricamente elaborados, com critério de leveza na linguagem e respeitabilidade ao tema, entrelaçados com a força da ciência para elucidar seu peso para superar seu esvaziamento.

TUA COR É O QUE ELES OLHAM pensa a africanidade, afrobrasilidade e os povos indígenas. Provoca reflexões sobre as relações étnico-raciais e o esporte na mídia, na produção científica e na legislação. É uma obra que organiza os discursos refletores da urgência de se gritar o apelo e convite para novas atitudes tanto ética como humanizadora.

Prof^a Dr^a Cristina Novikoff²

² Formada em Educação Física e Pós-doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Coordenadora do Laboratório do Grupo de Estudos e Pesquisas em Representações Sociais na/para a Formação de Professores – LAGERES; Professora da Universidade Federal de Campina Grande.

APRESENTAÇÃO

Os estudos sobre as relações étnico-raciais na sociedade brasileira vêm obtendo um espaço cada vez maior na comunidade acadêmica daqui e do exterior. Embora reflitam uma preocupação contemporânea, as questões sobre relações étnico-raciais não se constituem como um problema novo e que, como uma onda gigantesca, de repente houvesse avançado sobre o calçadão das praias universitárias. É um fato rotineiro na vida do brasileiro.

Tão rotineiro que, às vezes, poder-se-ia até duvidar de que tal problema pudesse existir, pois os indivíduos, nas suas atividades e afazeres cotidianos, estariam por demais preocupados com a sobrevivência e com os problemas práticos a serem resolvidos, e não perceberiam as discriminações a que são submetidos. De fato, principalmente, os que sofrem o preconceito, percebem.

Entretanto, existem ajustes às situações do dia a dia de modo a nos tornarmos membros desta sociedade e assim conseguirmos efetuar as transformações necessárias. A ordem social é estabelecida de forma dialógica, pois os indivíduos abrem mão, por vezes, dos seus pontos de vista, não em busca de uma síntese, mas em função das circunstâncias, dos interesses e das relações de poder envolvidas nas interações sociais.

A integração racial brasileira parece ser um dos mitos que fundam as identificações do ser-brasileiro. O fato de termos convivido com a ideologia de uma democracia racial, entretanto, não significa falta de consciência em

relação à discriminação contumaz disseminada em nossa sociedade. Um grande problema que se apresenta, no entanto, para aqueles interessados na questão, é o da interpretação. Construída pelos agentes sociais, a interpretação é também um tema emergente nas discussões acadêmicas, mas não menos antigo que o da questão étnico-racial.

Interpretar foi o liame que nos conduziu à temática desenvolvida neste livro. Sob a inspiração da música *Feira Moderna*, de Beto Guedes, Lô Borges e Fernando Brant, que ouvíamos enquanto estávamos a organizar os textos, conseguimos um eixo consensual após vários dissensos. Este livro é composto por sete capítulos, todos fazem menção em seus títulos à música de Guedes, Borges e Brant, a saber.

Capítulo I - *Velha chaga*. Um país marcado pelas diferenças onde cenas que se relacionam diretamente ao corpo e sua dramaturgia refletem tensões sociais. Dramas capazes de interferir nessa espécie de campo paralelo que, no caso deste ensaio, é o campo esportivo. O Brasil viu-se intimado a enfrentar marcas identitárias do corpo e dramaturgias da cena contemporânea do futebol. As manifestações de cunho racista refletem uma sociedade que ainda não superou as diferenças étnico-raciais. Este trabalho é oferecido com o intuito de analisar alguns dos casos de práticas racistas, principalmente, no futebol, e que acabaram por ganhar maior notoriedade, através dos conteúdos das principais mídias.

Capítulo II - *Tua cor é o que eles temem*. Este capítulo tem como objetivo quantificar dados coletados em mídia impressa de alto impacto e veiculação nacional. Utilizando o caderno esportivo do jornal *Folha de São Paulo*, para coletar e analisar as diferenças estatísticas predominantes entre os grupos de homens e mulheres.

Capítulo III - *Feira moderna*. Questões de gênero e raça vêm sendo amplamente discutidas na última década. A desvalorização do trabalho, a solidão, o preterimento, os estereótipos, a hipersexualização e a inferiorização das características fenotípicas são as marcas do binômio racismo/machismo que estão cristalizados nas relações sociais. Este capítulo tem como objetivo analisar dados coletados em mídia impressa de alto impacto e veiculação nacional, análise de vídeos da internet e reportagens que se destinavam a atletas negras.

Capítulo IV - *Nessa caverna o convite é sempre igual*. Este estudo tem como objetivo analisar os I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas buscando compreender os pontos fortes e fracos do evento, sob a ótica de espectadores não-indígenas. Caracteriza-se como um trabalho de natureza qualitativa. No percurso metodológico, trabalha-se com a descrição do evento apresentando as principais características e, como aporte, utiliza-se, principalmente, documentários de eventos anteriores e sites, visto a escassez de trabalhos realizados sobre os Jogos Indígenas até o presente momento.

Capítulo V - *Independência ou morte*. O estudo pretendeu investigar, no âmbito da *Revista Movimento*, sob qual faceta a capoeira é abordada e/ou para que perspectivas aponta. A pesquisa foi qualitativa de cunho bibliográfico, a partir das produções sobre capoeira nesse periódico.

Capítulo VI - *Meu coração é novo*. Tendo em vista o aumento dos casos noticiados de racismo nas arenas desportivas e a contemporânea judicialização dos mesmos, este capítulo tem como objetivo analisar tanto o instituto jurídico da injúria racial, artigo 140, § 3º do Código Penal Brasileiro, quanto o crime de racismo constante na lei 7.716/89. A referida análise teve como

pedra angular a ciência da atividade física, pois esta delineou o estudo propondo a presente reflexão sobre o racismo no esporte, tendo a transdisciplinaridade como instrumento de hermenêutica utilizado na confrontação ocorrida nos aspectos histórico normativos, aspecto judicial e aspectos sócio esportivos.

Capítulo VII - *E eu nem li o jornal*. Este capítulo tem como objetivo refletir acerca do campo de estudo da Educação Física escolar face à lei 10639/03. Por meio de Ações Afirmativas, como a tendência da valorização à autoestima, tentar-se-á atingir a superação da exclusão que a população negra sofre e sofreu por muitos anos. Procura-se refletir sobre a africanidade e a afrobrasilidade em Educação Física, como sua relação com a legislação vigente, as raízes europeias, visando a uma possível superação dos problemas históricos.

Esperamos que as reflexões aqui desenvolvidas contribuam de alguma forma para que surjam ações práticas inspiradoras e transformadoras, num mundo que teima em ser desigual, injusto, excludente, violento e distante dos nossos sonhos de equidade e *Paz na Terra, Amém*.

Carlos Alberto Figueiredo da Silva

Capítulo I

Velha chaga

Rodrigo da Silva Abreu
Carlos Alberto Figueiredo da Silva

O

Brasil carrega a alcunha de ser o país do futebol. Nas palavras do sociólogo Roberto DaMatta (1982), esta prática se apresenta como uma verdadeira máquina de socializar pessoas. Mesmo diante desta face do futebol, somos um país marcado pelas diferenças, são cenas que se relacionam diretamente ao corpo e à sua dramaturgia. Refletem tensões sociais, capazes de interferir nessa espécie de campo paralelo, que é o campo esportivo, regido por regras próprias (Bourdieu, 1983).

O Brasil viu-se intimado a enfrentar marcas identitárias do corpo e dramaturgias da cena contemporânea do futebol. Frequentes casos de insultos racistas, dentro e fora dos gramados, não têm se limitado aos jogadores, estendendo-se aos técnicos e também aos árbitros negros. As manifestações de cunho racista refletem uma sociedade que ainda não superou as diferenças étnico-raciais, onde o negro, após uma história recente de escravidão secular, não conquistou plenamente seu espaço em igualdade com os brancos, vivenciando ainda uma situação que no Brasil sempre tendeu a ser “invisibilizada”, diferentemente dos EUA e África do Sul (Nogueira, 1985). No esporte, seja no futebol ou em outras modalidades, não parece ser diferente.

Entendemos que as práticas esportivas são expressões da sociedade em que se inserem e se desenvolvem, e que constantes atos discriminatórios no campo esportivo, expressados através do futebol ou de

outros esportes, reforçam a ideia de que o racismo, por muitos anos, tratado de forma velada, precisa ter essa postura revisada.

Este capítulo é oferecido com o intuito de analisar alguns dos casos de práticas racistas, principalmente, no futebol, e que acabaram por ganhar maior notoriedade, através dos conteúdos das principais mídias.

Trata-se de um estudo exploratório com abordagem qualitativa. Os dados foram coletados na base de dados de notícias do Google, entre março de 2014 e dezembro de 2015. As palavras-chave utilizadas na pesquisa foram 'racismo', 'futebol' e 'esporte' de forma isolada ou em combinações de pares, e também as três conjuntamente com a partícula *and*.

As notícias selecionadas constituem uma amostra representativa das manchetes mais acessadas, para o período destacado.

Noticiados pelo site BBC¹ Brasil de São Paulo (Mendonça, 2014), dois casos de atos discriminatórios, endereçados ao jogador Arouca e outro ao árbitro Mário Chagas, utilizaram a expressão "um problema ainda oculto no futebol do Brasil" a referir-se sobre o racismo no esporte.

Em outros dois casos: as declarações do técnico Dunga, da seleção brasileira de futebol, durante a Copa América de 2015, e o caso de Ângelo Assumpção, ginasta brasileiro, foram tão explícitos que a expressão "problema oculto" talvez não fosse a mais adequada para tais atos discriminatórios.

Recorrendo à trajetória do futebol no Brasil, os casos de racismo nessa prática esportiva são de longa data (Guterman, 2009). O futebol ganhou popularidade pelas

¹ British Broadcasting Corporation.

classes mais baixas na segunda metade da década de 1910 e ao longo da década de 1920 como um esporte que, diferentemente do remo ou de uma corrida de cavalo, onde seus admiradores eram meros espectadores por não poderem fazer dessas modalidades práticas cotidianas, tornou-se um hábito da população (Pereira, 2000).

Apesar da discriminação, era corriqueiro a mídia esportiva não noticiar tais casos com a regularidade em que eles ocorriam. Silva (1998) aponta que houve uma alteração nas representações do racismo considerando a própria dinâmica social e a diferenciação entre o tratamento no campo esportivo entre negros e brancos.

A representação social sobre o racismo no futebol brasileiro sofreu transformações, sobretudo no sistema periférico, desde o início do século; entretanto, elementos do núcleo central anterior ainda estão presentes e se manifestam a partir do momento em que se comparam as críticas que se fazem aos jogadores brancos e as que se fazem aos negros e mestiços. As críticas dirigidas aos brancos focalizam principalmente o atleta, enquanto as que se dirigem aos negros e mestiços focalizam o indivíduo, no sentido de diminuí-lo como pessoa, ou seja, são críticas étnicas (Silva, 1998, p. 396)

Decerto, nem todos os que praticam atos classificados como racistas se dão conta disso, como também aqueles que o sofrem, pela crença de que xingamentos e gestos ofensivos são todos muito válidos; e, até de certa maneira, legítimos e necessários dentro de campo. A justificativa para tal prática parte da concepção de que todas as formas de desestabilizar de alguma maneira o adversário, seja

por meio da torcida, ou mesmo pelo jogador em sua individualidade, são naturais.

Em abril de 2005, o caso ocorrido entre o atacante do São Paulo, Grafite (Edinaldo Batista Libânio), e o zagueiro Leandro Desábato, do Quilmes, no Estádio do Morumbi, em uma partida da primeira fase pela Copa da Libertadores da América, teve grande repercussão por parte da mídia e, pela notoriedade, reacendeu a discussão sobre o racismo: lidar ou não esportivamente com atos discriminatórios ocorridos dentro de campo?

Em um lance típico de bola dividida entre Grafite e Desábato, logo no primeiro tempo, a frase proferida por Desábato foi a seguinte: “Negrito de mierda, enfia la banana en el culo.” Dito isso, Grafite, a fim de se defender do insulto, empurrou o rosto do argentino, atitude essa que custou suas expulsões na partida. Após o término, um delegado de polícia entrou no estádio e deu voz de prisão a Desábato sob a acusação de crime de injúria com agravante de racismo (Silva, 2005; Silva e Votre, 2006; Abrahão e Soares, 2007; Tonini, 2012).

Um simples xingamento? Segundo as atitudes tomadas pelas instâncias extracampo, parece que esse episódio envolvendo Grafite e Desábato não ficou tão somente a cargo de ser resolvido no momento da partida. O que de fato chamou atenção também no evento, e que colocou em pauta a resolução a ser dada ou não em campo, foi o tratamento dado ao episódio, expressado pelos conteúdos midiáticos em grandes jornais de circulação e sites esportivos. Como desfecho, Desábato permaneceu detido por trinta e seis horas e foi liberado após pagamento de uma fiança de dez mil reais pagos pelo seu clube (Tomaz, 2005).

Sobre esse episódio, Silva (2005) identifica que o racismo não só neste evento, mas em outros, impulsionado

de certo modo pela manipulação de informações feitas pela mídia, parte da necessidade de se buscar um “bode expiatório” que personifique as tensões acumuladas pelas expectativas geradas durante um “ritual de sacrifício”, no caso, uma partida de futebol. Tudo isso movido pelas relações de rivalidade entre o futebol argentino e brasileiro, sem deixar de considerar, portanto, que o racismo para dentro é naturalizado enquanto que o racismo contra os outros, para fora, para o estrangeiro, para o diferente, é acirrado.

Desse modo, Desábato encarnaria o papel de bode expiatório e a punição seria então legítima. Todavia, conforme o desenrolar da história, os personagens começaram a mudar de posição. Agora por conta desse tal racismo naturalizado, que a própria sociedade brasileira ainda não conseguiu superar, o grande causador de tensões passou a ser o jogador Grafite e a questão seria levada à velha máxima de que tudo que acontece em campo deve ser resolvido em campo, afinal, é só uma partida de futebol e a seu término todos se cumprimentarão, trocarão camisas e seguirão com suas vidas.

Passemos, pois, a mais uma vítima do racismo. Desta vez, ato cometido pela torcida com ruídos e gestos imitando macacos. Episódio ocorrido em fevereiro de 2014, no segundo tempo de uma partida disputada pelo campeonato Libertadores da América, onde a vítima agora, o volante do Cruzeiro, Paulo César Fonseca do Nascimento, conhecido por Tinga, ao entrar em substituição a seu companheiro, o meia-atacante Ricardo Goulart, viu seus toques na bola reféns de manifestações insatisfatórias e racistas por conta da torcida adversária da equipe do Real Garcilaso, equipe peruana.

Sobre o episódio, a primeira manifestação de indignação deu-se por parte do próprio jogador Tinga, que

em declaração se posicionou: “Eu queria não ganhar todos os títulos da minha carreira e ganhar o título contra o preconceito contra esses atos racistas. Trocaria por um mundo com igualdade entre todas as raças e classes.” (Vítima, 2014)

Contudo, não só declarações emocionadas e honrosas são capazes de enfrentar atitudes racistas. A Federação Mineira de Futebol entraria com uma representação junto a Conmebol em repúdio ao ato manifestado contra Tinga. Como punição para o caso, sancionada pela Conmebol, o time peruano teria que pagar US\$ 12 mil e ameaça de interdição do estádio do clube em caso de reincidência.

A decisão, considerada branda, já era prevista. De acordo com as declarações dadas ao jornal *Estado de São Paulo* (Conmebol, 2014), Caio César Rocha, presidente da Comissão de 1.^a Instância do Tribunal Disciplinar da Confederação no Brasil, dentro dos parâmetros disciplinares da Conmebol, a penalidade seria de cunho “didático”.

De acordo com o próprio regulamento da Confederação Sul-Americana de Futebol, entidade organizadora do Campeonato da Libertadores da América, a penalidade para comportamentos discriminatórios, como em casos de racismo, prevê desde multa branda, a partir de US\$ 3 mil, a eliminação no campeonato.

Mais um caso de racismo na carreira de Tinga (o primeiro ocorreu em 2005) ganhou os noticiários pelo mundo e muitas manifestações de apoio ao combate a atitudes tão discriminatórias e segregacionistas.

Esse é apenas mais um dos casos noticiados pelas mídias. Qual a particularidade desse episódio? Será que, ao assumir suas características fenotípicas inerentes à raça negra através de um cabelo rastafári e suas feições, Tinga estaria mais exposto a esse tipo de ato discriminatório?

Como formar uma identidade em torno da cor e da negritude não assumidas pela maioria cujo futuro foi projetado no sonho do branqueamento? Como formar uma identidade em torno de uma cultura até certo ponto expropriada e nem sempre assumida com orgulho pela maioria de negros e mestiços? (Munanga, 1999, p. 124)

Desse modo, é possível pensarmos o porquê de o ato incidir diretamente em Tinga, se em campo existiam outros jogadores negros, como seus companheiros de clube Dedé e Júlio Batista, como o Herrera, do próprio Real Garcilaso, e o juiz venezuelano – que nem na súmula citou o ocorrido.

Gomes (2006, p. 1), em seu artigo sobre cabelo e corpo na construção identitária do negro, traz esta reflexão ao observar concepções semelhantes, diferentes e complementares sobre o cabelo crespo, o corpo, a beleza negra e a condição de negros e negras na sociedade brasileira. Na abertura de sua análise, a antropóloga esclarece que “o cabelo crespo e o corpo negro só adquirem significado quando pensados no cerne do sistema de classificação racial brasileiro”.

Recorrendo mais uma vez ao mito da mestiçagem harmoniosa no Brasil, que forjou um ambiente de ‘igualdade’, os negros foram sentindo dificuldades de autodefinição enquanto negros, recorrendo a outras classificações como pardo ou moreno (Domingues, 2007).

Nesse sentido, quando nos deparamos com indivíduos como Tinga, por assumirem suas características mais tipicamente negras, por conta também de suas condições sociais de ascensão, causam dois tipos de sentimentos: espanto e aversão, o que abre precedentes para que atos discriminatórios incidam sobre os mesmos.

Evidentemente, o negro nunca foi visto de forma positiva, nunca foi valorizado e, por isso, fica muito difícil para ele, que sempre ouviu que no Brasil todos são mestiços, assumir-se como tal. Assumir-se como negro no Brasil significa assumir um ônus (Domingues, 2007, p.1).

Assumir-se negro no Brasil é uma das condições mais complicadas para exercer a plena cidadania, e quem assume a sua negritude deverá também assumir os riscos que isso acarreta.

O volante da equipe do Santos Futebol Clube, Marcos Arouca da Silva, mais conhecido como Arouca, foi vítima de xingamentos por parte da torcida do Mogi Mirim, dentro do Estádio Romildo Ferreira (o Romildão), após vitória do Santos por 5 a 2, em partida válida pelo Campeonato Paulista. Em relato, parte da torcida teria chamado o volante de 'macaco', e segundo notícias, o caso não foi relatado em súmula pelo árbitro Vinícius Gonçalves Dias Araújo (Futebol, 2014).

Em nota, Arouca afirmou:

[...] tenho orgulho das minhas origens africanas, que foi o que o sujeito tentou usar pra me ofender, dizendo que eu deveria procurar alguma seleção de lá para jogar. Dando a entender que um negro igual a mim não serve para defender a seleção brasileira. Como se algumas das páginas mais bonitas da história da nossa seleção não tivessem sido escritas por jogadores como Leonidas, Romário, Rei Pelé, também negros [...] (Arouca, 2014).

Fez referência aos casos de Tinga e do árbitro Márcio Chagas:

Eu sei muito bem de onde venho e de toda a minha luta pra chegar onde cheguei. Por isso sentir na pele o que aconteceu comigo hoje – logo depois do que fizeram com o Tinga outro dia e também o caso do juiz no Rio Grande do Sul – me deixa muito decepcionado [...] (Arouca, 2014).

Finalizou reafirmando ser o futebol um reflexo social:

O futebol é um espelho de nossa realidade, e isso não se resume apenas a xingamentos racistas. Continuam matando e morrendo por torcerem por um time diferente do outro. Espero, sinceramente, que casos como esse sejam punidos, pois, enquanto isso não acontecer, nada vai mudar. A impunidade e a conivência das autoridades com as pessoas que fazem esse tipo de coisa são tão graves quanto os próprios atos em si. Somente discursos e promessas não resolvem a falta de educação e de humanidade de alguns (Arouca, 2014).

O clube do Santos, em nota em seu site oficial, informou ter entrado junto à Federação Paulista de Futebol (FPF) com um pedido de abertura de inquérito contra os atos discriminatórios dos quais Arouca foi vítima. E salientou a necessidade de o caso ser investigado e punido, uma vez que racismo é crime e que, portanto, seus agressores precisam sofrer punições por seus atos.

Março de 2014, Marcio Chagas da Silva foi árbitro da partida entre Esportivo e Veranópolis pelo campeonato gaúcho, em Bento Gonçalves. Mesmo após o time da casa, o Esportivo, ter vencido com três gols contra dois de seu adversário, ao término da partida, chegando

Márcio ao estacionamento do estádio Montanha dos Vinhedos, deparou-se com seu carro danificado e com bananas em cima da lataria. A cena foi protagonizada pelos torcedores do Esportivo. O caso, o segundo em sua carreira, foi parar no Tribunal de Justiça Desportiva (TJD) do Rio Grande do Sul.

Como sanção, o clube a princípio foi punido a pagar trinta mil reais e perdeu cinco mandos de campo, o que caberia recurso. A denúncia foi pelo Esportivo praticar ato discriminatório, desdenhoso ou ultrajante, relacionado a preconceito em razão de origem étnica, raça, sexo, cor, idade, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência. “Que lamentável! Os caras (do Esportivo) devem ter saído rindo do tribunal”, foram às palavras ditas segundo o jornal *Zero Hora* por Márcio Chagas após saber da decisão de punição do TJD (Silva, 2014). O clube Esportivo acabou sendo punido também com a perda de nove pontos no campeonato gaúcho, o que o levou a ser rebaixado para a Segunda Divisão.

Este não foi o primeiro caso em sua carreira. Em entrevista a RBS TV (afiliada da Rede Globo), Márcio informou que dez anos antes sofreu racismo por parte de um técnico de uma equipe do Rio de Grande do Sul, que recebeu como punição apenas uma suspensão por sessenta dias, da Federação Gaúcha de Futebol.

Márcio já foi vítima de racismo na Serra Gaúcha há quase dez anos, em 2005. Em jogo entre Encantado e Caxias, no Estádio Centenário, foi xingado pelo técnico Danilo Mior, do Encantado, que o chamou de “negrão coitado”. A ofensa foi relatada na súmula e Danilo acabou suspenso por 60 dias pelo tribunal da Federação Gaúcha de Futebol (Árbitro, 2014).

Se essa prática é recorrente em outros estados, Márcio Chagas afirmou que não, e destacou ser corriqueira essa prática no Rio Grande do Sul, principalmente na Serra Gaúcha.

Em entrevista ao canal esportivo *Sportv*, Márcio Chagas afirma que a punição não lhe pareceu satisfatória, o que, em suas palavras, coloca as dificuldades em denunciar casos de racismo:

A minha decepção maior foi que tentaram me desqualificar, dizendo que eu estava tentando me promover, e que eu tinha plantado a situação. Tudo foi comprovado pelos meus colegas que estavam comigo e pelo próprio policiamento. Acredito que a campanha maior contra esse tipo de atitude vem da questão educacional, vem de casa, onde os pais devem rever suas posturas, porque, juntamente com esses delinquentes que agiram dessa forma covarde comigo, tinham crianças (Márcio, 2014).

O caso do gaúcho Márcio Chagas é reflexo da paixão dos torcedores pelo clube? Que paixão é essa? Práticas cada vez mais agressivas: “Aqueles bananas no carro do árbitro gaúcho (Márcio Chagas da Silva), por exemplo, carregam uma simbologia muito forte”, analisou (Marcondes, 2014).

O Brasil sempre foi um país racista. Não é de surpreender, portanto, essas manifestações que estão ocorrendo hoje. É como se, de repente, estivesse liberado. O brasileiro que tinha vergonha de ser racista, agora não tem mais vergonha. Ele grita, a pleno pulmões no estádio, contra um jogador negro. Mas isso sempre houve (Torres e Laurence, 2014).

Após a repercussão do caso e o recebimento de uma proposta por parte da própria afiliada da rede Globo, a RBS TV, para desempenhar a função de comentarista esportivo, Márcio Chagas anunciou sua saída dos campos como árbitro. O segundo caso de racismo sofrido em sua carreira como árbitro pesou em sua decisão de deixar a arbitragem (após, 2014).

Outro caso emblemático que ressalta a paixão foi o episódio envolvendo o goleiro Mário Lúcio Duarte Costa, mais conhecido como Aranha, e a torcedora do Grêmio Patrícia Moreira. Em entrevista a diversas mídias, Patrícia, chorando convulsivamente, alegou que foi a paixão pelo Grêmio que a levou a chamar o goleiro do Santos de 'macaco' (Carneiro, 2014).

Os casos noticiados pelas mídias provocaram reações das mais diversas. Campanhas e mensagens de apoio nas redes sociais foram dirigidas às vítimas desses casos citados e os de outros. Contudo, uma declaração dada foi exatamente de encontro ao tema de uma forma a causar polêmica: o técnico da seleção brasileira, Luiz Felipe Scolari, conforme publicado pela *Folha de São Paulo*, declarou ser melhor ignorar o racismo:

Isso (os inúmeros casos de racismo) é uma bobagem. Não deveríamos nem debater sobre isso. Não adianta punir, a solução é ignorar.

E sobre a imprensa, acrescentou:

Vocês não podem dar moral e ficar falando dessas pessoas. Esse caso não tem solução, esses babacas nunca vão aprender (Felipão, 2014).

Existem pelo menos duas hipóteses que poderiam sustentar as declarações dadas por Luiz Felipe Scolari

(Felipão). As palavras dele podem ser perfeitamente aceitáveis diante de uma lógica de 'harmonia racial', onde o racismo seria uma construção sem precedentes. Portanto, tomar esses casos como algo corriqueiro, com importância menor, conota a questão do racismo como algo velado. Outra análise, que também pode ser avaliada, é que a exposição dos casos, se considerada em excesso, em vez de trazer o tema a debate pode acarretar num processo de 'banalização do racismo'. Na visão de Kabengele Munanga (1999), considerar qualquer comportamento de rejeição como racismo pode levar à banalização e ao não enfrentamento do problema.

O episódio envolvendo as declarações do técnico Dunga, durante a Copa América de 2015, demonstra que a tal "banalização" de fato pode ocorrer, pois nada de efetivo foi construído a partir da divulgação do fato. O que fica evidente é que Dunga trata a questão como se fosse algo corriqueiro.

Dunga disse:

Nós éramos os ruins com sorte, e os outros eram os bons com azar. Aquela Seleção (de 1991) tinha a cobrança de 40 anos sem ganhar uma Copa América e 24 anos sem Copa do Mundo. Tudo era ruim. Eu até acho que eu sou afrodescendente, de tanto que apanhei e gosto de apanhar. Os caras olham pra mim e falam: 'vamos bater nesse aí'. E começam a me bater, sem noção, sem nada. 'Não gosto dele' e começam a me bater (Barbosa, 2015).

As declarações de Dunga podem ser entendidas como indícios de que ele desconhece a história do negro no Brasil. Mas como compreender uma ideia absurda vinda e disseminada por alguém que comanda a seleção brasileira?

Na mesma esteira, o episódio envolvendo o ginasta brasileiro Ângelo Assumpção ratifica que banal é a historinha de que tudo não passa de uma brincadeira de mau gosto. Em maio de 2015, um vídeo postado na conta do ginasta Arthur Mariano, na rede social Snapchat, apresenta comentários sobre a cor da pele do colega de equipe Ângelo Assumpção. Ângelo fica visivelmente irritado com a postura dos colegas no vídeo quando falam:

- Seu celular quebrou: a tela quando funciona é branca... quando ele estraga é de que cor? (risos) ... O saquinho do supermercado é branco ... e o do lixo? É preto!" - dizem os demais atletas, em coro (Vídeo, 2015).

O que foi feito a partir daí? Mais uma vez tudo parece cair na zona de esquecimento, inclusive por parte da mídia que não mais retomou as discussões sobre os episódios.

O jornal *Le Monde*, por ocasião do episódio envolvendo o jogador brasileiro Daniel Alves, em 27 de abril de 2014, no jogo Barcelona e Villarreal, pelo campeonato espanhol, estampou a manchete *La banane de la colère* (Bourcier e Vandriessche, 2014). Daniel, ao se dirigir para a cobrança de um escanteio, foi surpreendido pelo lançamento de uma banana em sua direção, vinda da torcida. Com uma espontaneidade impressionante, ele simplesmente a comeu. Foi um ato que impressionou todo o mundo. O ato de Daniel levou a discussão sobre o racismo a lugares que talvez ainda não tivessem merecido a atenção necessária, mas também despertou o ódio.

Diante de alguns casos citados e tantos outros conhecidos ou não, cabe uma análise do papel dos órgãos responsáveis por regulamentar a ginástica, o futebol, a começar pela FIFA, entidade máxima dessa modalidade esportiva, que vem imprimindo medidas desde a

Resolução de Buenos Aires, aprovada em 2001, pautando em alcance mundial a necessidade de criação de alternativas à questão do racismo. No Estatuto da FIFA, artigo 3, existe um reconhecimento por parte da entidade de sua responsabilidade social em combater as mais variadas formas de manifestação de discriminação no futebol: a discriminação de qualquer tipo contra um país, pessoa ou grupo de pessoas por causa de origem étnica, gênero, idioma, religião, política ou qualquer outro motivo, é estritamente proibida e passível de punição por suspensão ou expulsão (FIFA, 2012).

Observa-se que o racismo ainda é um assunto que precisa ser encarado de frente e que não pode ser tratado apenas com discursos e campanhas educativas para atingir o grande público em datas de eventos esportivos.

Os estudos das práticas esportivas e relações étnico-raciais têm se tornado férteis e dinâmicos na compreensão dos diferentes fenômenos sociais a partir do esporte. Diante disso, o racismo, uma prática que vem ocorrendo com certa frequência nas principais competições esportivas, registra que as diferenças étnico-raciais não foram superadas e que esses casos são reflexos de uma sociedade que precisa reeducar seus valores de forma a colocar negros, brancos e índios em situação de equidade. De fato, o que se percebe são ecos do racismo: de Édson Arantes do Nascimento a Paulo Cesar do Nascimento, de Moacir Barbosa a Joaquim Barbosa, os atos discriminatórios se perpetuam, apesar do aumento de consciência em relação a esses fatos.

Referências

ABRAHÃO, B. O. L.; SOARES, A. J. Uma análise sobre o caso 'Grafite X Desábato' à luz do 'racismo à brasileira'. **Esporte e Sociedade**, v. 2, n. 5, p.1-17, 2007.

APÓS caso de racismo, Márcio Chagas deixa arbitragem e será comentarista. 24 abr. 2014. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/rs/noticia/2014/04/marcio-chagas-deixa-arbitragem-e-sera-comentarista-da-rbs-tv.html>>. Acesso em 26 abr. 2014.

ÁRBITRO vítima de racismo já tinha sofrido discriminação no mesmo estádio. O Globo 2014 (mar 17). Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/esportes/arbitro-vitima-de-racismo-jatinha-sofrido-discriminacao-no-mesmo-estadio-11810678>>. Acesso em 20 set. 2017.

AROUCA. Vítima de racismo cobre punição e diz que impunidade é tão grave quanto insultos. Portal EBC 2014 (mar 7). Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/esportes/2014/03/vitima-de-racismo-arouca-cobra-punicao-e-diz-que-impunidade-e-tao-grave-quanto>>. Acesso em: 20 set. 2017.

BARBOSA, C. Racismo 7 x Dunga 1: técnico diz que negro gosta de apanhar. Jornal o Dia 2015 (jun 26). Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/esporte/copa-america/2015-06-26/acho-que-sou-afrodescendente-de-tanto-que-apanhei-dispara-tecnico-dunga.html>>. Acesso em: 20 set. 2017.

BOURDIEU, P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CARNEIRO, L. 'Não sou racista', diz Patrícia Moreira, que pede 'perdão' a goleiro Aranha. O Globo 2014 (set 14). Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/09/patricia-moreira-quebra-silencio-e-da-entrevista-sobre-caso-de-racismo.html>>. Acesso em 12 de mai. 2016.

CONMEBOL deve decidir caso de racismo contra Tinga na segunda-feira. Para presidente de comissão da entidade no Brasil, punição deve ser branda. São Paulo: Folha de São Paulo 2014

- (mar 14). Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,conmebol-deve-decidir-caso-de-racismo-contra-tinga-na-segunda-feira,1143257,0.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2016.
- DAMATTA, R (Org.). **Universo do futebol: esporte e sociedade**. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.
- DOMINGUES, Petrônio José. "Assumir-se como negro no Brasil significa assumir um ônus". Instituto Humanitas Unisinos, 2007. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/8432-assumir-se-como-negro-no-brasil-significa-assumir-um-onus-entrevista-com-petronio-jose-domingues>>. Acesso em 20 fev. 2017.
- FELIPÃO diz que é melhor ignorar racismo. São Paulo: Folha de São Paulo. 2014 (mar 10). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/155755-felipao-diz-que-e-melhor-ignorar-racismo.shtml>>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- FIFA. Article 3: Non-discrimination and stance against racism. 2012 (7). Disponível em: <<http://www.fifa.com/mm/document/affederation/generic/01/66/54/21/fifastatutes2012e.pdf>>. Acesso em 17 de fev. 2017.
- FUTEBOL foi manchado por racismo contra Arouca e árbitro, diz Dilma. Globo.com 2014 (mar 9). Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/03/futebol-foi-manchado-por-racismo-contra-arouca-e-arbitro-diz-dilma.html>>. Acesso em: 17 fev. 2017.
- GUEDES, B; BORGES, L.; BRANT, F. Feira Moderna. **Clube da Esquina**: EMI-Odeon, 1972.
- GOMES, N. L. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Minas Gerais: Autêntica, 2006.
- GUTERMAN, M. **O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MÁRCIO Chagas se diz decepcionado com punição aplicada ao Esportivo. Sportv 2014 (mar 14). Disponível em: <<http://m.sportv.globo.com/site/programas/redacao-sportv/noticia/>

2014/03/marcio-chagas-se-diz-decepcionado-com-punicao-aplicada-ao-esportivo.html>. Acesso em: 15 abr. 2016.

MARCONDES, G. Racismo no futebol: ponto para a impunidade nos campos do país. Superesportes; 2014 (mar 21). Disponível em: <http://www.mg.superesportes.com.br/app/noticias/futebol/futebol-nacional/1,168,19,89/2014/03/21/noticia_futebol_nacional,53613/racismo-no-futebol-ponto-para-a-impunidade-nos-campos-do-pais.shtml>. Acesso em: 19 out. 2016.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURCIER, N; VANDRIESSCHE, J. La banane de la colère. **Le Monde**, 2014 (abr 30). Disponível em: <<http://bresil2014.blog.lemonde.fr/2014/04/30/la-banane-de-la-colere/>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

NOGUEIRA, O. **Tanto preto quanto branco, estudos de relações raciais**. São Paulo: Quero, 1985.

PEREIRA, L. A. M. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SILVA, C. A. F. A linguagem racista no futebol brasileiro. Rio de Janeiro: **Anais do VI Congresso Brasileiro de História do esporte, Lazer e Educação Física**, 1998: 394-406.

SILVA, C. A. F. Racismo para dentro e para fora: o caso Grafite-Desábato. **Lecturas E. F. Deportes**, v. 10, n. 84, p. 1-14, 2005.

SILVA, C. A. F; VOTRE, S. J. **Racismo no futebol**. Rio de Janeiro: HP Comunicação, 2006.

TONINI, M. D. Racismo no futebol brasileiro: revisitando o caso Grafite/Desábato. **Revista de História Regional**, v. 17, n. 2, p. 438-468, 2012.

TOMAZ, K. Zagueiro argentino deixa Brasil e diz levar marcas das algemas. **Folha de São Paulo**; 2005 (abr 25).

TORRES, M; LAURENCE, B. Mesmo assim, ainda hoje jogadores são mal recebidos pela cor da pele. Jornal da Globo 2014 (mai 14). Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/05/serie-do-jornal-da-globo-mostra-porque-o-brasil-e-o-pais-do-futebol.html>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

VÍDEO postado por atleta expõe racismo na seleção de ginástica artística. O Globo 2015 (jun). Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/esportes/video-postado-por-atleta-expoe-racismo-na-selecao-de-ginastica-artistica-16169015>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

VÍTIMA de racismo, Tinga trocaria glórias por 'título contra o preconceito'. Globo Esporte 2014; (abr 14). Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/times/cruzeiro/noticia/2014/02/vitima-de-racismo-no-peru-tinga-diz-que-trocaria-titulos-por-igualdade.html>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

Capítulo II

Tua cor é o que eles temem

Raphael Almeida Silva Soares
Catia Malachias Silva Crelier
Aroldo Evangelista da Silva Junior
Luiz Felipe Roque da Silva

A observação das mídias, sejam elas televisiva, impressas ou radialistas, nos permite reparar como são construídos e desconstruídos o padrão de sociedade que temos na atualidade, “fenômenos políticos, econômicos, culturais, sociais, entre outros” (Mazzocato, 2012, p. 02). Quando o assunto se destina ao gênero feminino, são muitas as reportagens que mensuram o atual modelo de mulher na sociedade brasileira. Outra maneira de observar a mulher no contexto social e seu perfil atual é por meio da sua história e trajetória até os presentes dias, que, por sua vez, pode ser analisado com base nas mídias já citadas, bem como em livros e artigos acadêmicos.

Segundo Goellner (2007), “é possível vislumbrar um horizonte pleno de multiplicidades, de interpretações, de olhares, de formas de narrar suas trajetórias, histórias de vida, biografias, ações políticas, culturais, esportivas, entre outras” (p. 02). Com base nessa narrativa, pretende-se realizar uma análise estatística das taxas de empregabilidade e contribuição econômica pelos cargos ocupados pelas mulheres, sejam públicos, privados ou políticos, além do grau de escolaridade em que se encontram, e, principalmente, pela participação no esporte. Para realização desse estudo, buscou-se, através de relatos, ou seja, noticiário em mídia impressa, dados que nos permitirão discutir se existe, ou não, uma evolução da mulher nesse recorte esportivo, comparado aos homens.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), no ano de 2011 as mulheres em

faixa etária d" 10 anos eram maioria na sociedade, em comparação com os homens. Representavam 53,7% da população. Porém, quando comparados com o percentual de ocupação em relação aos homens, a realidade era oposta aos dados anteriores, onde a massa feminina apresenta 45,4% de ocupação. Esses dados apresentados através da comparação dos anos de 2003 e 2011 pelo IBGE nos permitem dizer que, mesmo ocorrendo um aumento da população feminina no Brasil, as taxas dessa população ocupada ainda são menores mediante a taxa da população masculina.

Quanto à ocupação das mulheres em relação aos homens pelo perfil educacional, as mesmas apresentam participação igual ou superior aos homens, "tanto quando a escolaridade é de 11 anos ou mais de estudo ou de nível superior" (IBGE, 2012, p. 9).

É consenso entre os pesquisadores de Educação Física e esporte que as mulheres nunca foram tão brilhantes quanto nas últimas edições dos Jogos Olímpicos (Simões, 2003). Percebemos que a sua participação no cenário esportivo se expande vertiginosamente através da ocupação de inúmeros lugares em diversas modalidades. Embora o conceito de mulher-atleta tenha surgido somente no século XX, as mulheres vêm resistindo ao modelo patriarcal desde a Antiguidade (Simões, 2003, p. xv).

Sabemos que o esporte ainda é um fenômeno social de domínio masculino, porém, a mulher deste século está rompendo com todos os fatores impeditivos que tentam lhe encarcerar dentro de um paradigma determinado pela nossa sociedade (machista, patriarcal e misógina). Simões (2003), analisando as representações de gênero no esporte, questiona se a "superioridade masculina" e a "inferioridade feminina" no ramo do esportivo é fruto da nossa construção sociocultural e sexual. Para o autor, estes conceitos se

legitimam através da consciência coletiva, pois qualquer tentativa das atletas de romper com o sexismo é vista como uma forma de subversão (p. 01).

A Agenda 2020 do Comitê Olímpico Internacional estabelece metas explícitas para o aumento da participação feminina nos Jogos Olímpicos, reforçando a ideia de que é ainda necessário que se estabeleçam estratégias para alavancar a participação da mulher nos esportes (Araújo; Figueiredo, 2015).

Os dados citados anteriormente corroboram com as publicações em jornais dos últimos anos, onde as mulheres aparecem conquistando o seu lugar no mercado de trabalho, contribuindo economicamente para o país e ocupando cargos públicos (IBGE, 2012). Sendo assim, podemos dizer que as mulheres, após anos de luta, estão encontrando espaço no atual quadro da sociedade brasileira no que diz respeito às variáveis supracitadas, ainda que os valores não correspondam ao contingente apresentado de pessoas do gênero feminino na atual sociedade. Mas ainda falta um dos pilares apresentados no início do texto a ser exposto. Uma abordagem interessante sobre o assunto é proposta por Souza & Knijnik, (2007), onde foram levantados dados comparativos sobre reportagens do caderno esportivo do jornal *Folha de São Paulo*, nos períodos de 9 de agosto a 9 de setembro de 2002 e 3 de fevereiro a 3 de abril de 2003, onde obtiveram 2125 reportagens no total, ou seja, entre homens e mulheres.

Os resultados apresentados pelo estudo de Souza e Knijnik (2007), não eram na época tão promissores assim quanto os outros aqui já apresentados. Visto que a proposta se encontra em uma época em que a realidade poderia ser um pouco diferente da atual, tomando como base os dados do IBGE, (2012) em que nos anos de 2003

a 2011 apresentavam uma evolução no que diz respeito à participação das mulheres na sociedade de forma ativa, podemos comparar dados de 2007 com os dados de 2015 e 2016 do mesmo jornal visando apresentar outros resultados que nos permitam quantificar a participação da mulher visando identificar: qual será a representação da mesma no esporte em comparação ao homem, com base em reportagens publicadas pela mídia impressa de alto impacto da atualidade?

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar a representação do gênero feminino no esporte através de mídia impressa, visando quantificar e discutir o padrão dos resultados, além de comparar os mesmos com dados já publicados. O objetivo geral desdobra-se em: revisar o caderno esportivo do jornal *Folha de São Paulo* e quantificar as reportagens, separando-as por gênero; comparar os dados quantificados dos gêneros procurando diferenças significativas entre os mesmos; buscar na literatura referências que permitam fundamentar e explicar, de preferência, os possíveis resultados das comparações realizadas; apresentar discussões acerca dos resultados do presente estudo junto às literaturas buscando conclusões para a atual conjuntura, e possíveis perspectivas futuras.

Para a realização da pesquisa foi adotada a metodologia sugerida por Boente e Braga (2004), caracterizando a mesma como uma pesquisa acadêmica, científica e descritiva, onde foram levantados dados a serem analisados. Os dados foram analisados através de uma abordagem quantitativa, segundo Ramos, Ramos e Busnello (2003), seguindo o formato de estudo de caso, visando compreender os fenômenos complexos que envolvem os diversos fatores relacionados à representatividade da mulher no esporte (Araujo, *et al.*, 2008)

A ferramenta estatística utilizada foi o Teste "t" de *Student* para significância estatística, onde, para encontrar o valor de "P", foi arbitrado um valor de alfa (α) de 0,05. Dessa maneira, os números iguais ou inferiores a 0,05 representam significância estatística relevante. Os valores foram apresentados em média e desvio padrão (\pm DP). Os dados foram analisados com o auxílio do software Microsoft Office Excel 2010 (Microsoft para Windows, EUA).

Foram revisados os cadernos esportivos do jornal *Folha de São Paulo*, durante os meses de fevereiro, março e abril do ano de 2016. As informações coletadas foram organizadas e divididas em número de reportagens demarcadas pelos seus respectivos dias e meses de publicação. Para cada mês foi montada uma planilha contendo o número de reportagens pelo dia do respectivo mês. Após fechada a revisão que correspondia ao período de um mês, o resultado era somado, fornecendo a média de reportagens divulgadas por dia naquele respectivo mês, bem como o desvio padrão para o mesmo. Todos os três meses analisados receberam o mesmo tipo de tratamento, onde foram separados os resultados por grupos do gênero masculino e do gênero feminino para cada um dos três meses analisados. Sendo assim, para cada mês observado configurou-se uma planilha para o gênero feminino e outra para o gênero masculino.

Os dados foram organizados inicialmente através do registro do número de reportagens por dia e separados pelo respectivo mês. A partir do número diário, realizamos um somatório dos mesmos para obter o número de reportagens por mês. Através do número mensal, mediante a quantidade de dias do mesmo, foram calculadas as médias diárias e o desvio padrão (\pm DP), sendo assim, o somatório das reportagens (ex. $n=220/$

mês) era dividido pelo número de dias do mês (ex.31 dias de março, logo: $220/31 = \pm 000$). Depois de calculadas essas informações foram observados o percentual de reportagens daquele determinado mês entre homens e mulheres, visando identificar a participação dos gêneros em percentual mensal.

Após coletar as informações dos três meses selecionados, foi aplicado um teste estatístico para identificar as possíveis diferenças apresentadas em percentual por grupo. Ou seja, para cada mês observado, eram realizados testes buscando apontar as possíveis diferenças na quantidade de reportagens do mês analisado entre os gêneros feminino e masculino.

A preferência pelo jornal *Folha de São Paulo* é pelo fato de ser um dos jornais de maior veiculação no cenário nacional com repercussões internacionais contundentes. Segundo o site de busca Wikipédia o *Folha de São Paulo* é:

[...] um jornal brasileiro editado na cidade de São Paulo e o segundo maior jornal de circulação do Brasil, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC). A circulação média diária em 2010 foi de 294.498 exemplares, crescendo para 361 231 nos quatro meses de 2015. Ao lado de *O Globo*, *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, a *Folha de S. Paulo*, que pertence ao Grupo Folha, é um dos jornais mais influentes do país.¹

Os dados coletados indicam que em fevereiro de 2016, de 183 reportagens, 92% eram destinadas aos esportistas do sexo masculino. Nos dois meses seguintes, os resultados pareciam ser os mesmos, com 89% de 226

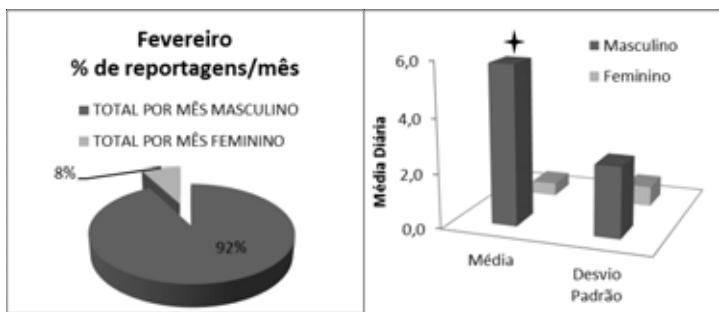
¹Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Folha_de_S.Paulo#cite_note-2>.

reportagens do gênero masculino no mês de março, e 90% de 234 reportagens para o mês de abril do mesmo ano.

Em todos os meses observados foram encontradas diferenças percentuais gritantes e logo estatisticamente significativas entre as médias diárias. Em fevereiro, a média diária foi a de $5,8(\pm 2,6)$ para o gênero masculino e $0,5(\pm 0,7)$ para o gênero feminino, onde o valor do “p” foi igual a 0,00000 (Figura 1). Em março, a média diária foi a de $6,5(\pm 2,6)$ e $0,8(\pm 1,0)$ para os gêneros masculino e feminino respectivamente, com o valor do “p” = a 0,00000 (Figura 2). Em abril, a média diária foi a de $7,0(\pm 2,6)$ e $0,8(\pm 0,9)$, para os gêneros masculino e feminino respectivamente, com o valor do “p” = a 0,00000 (Figura 3).

Figura 1.1. Gráfico representando o percentual de reportagens pelo mês de fevereiro;

Figura 1.2. Gráfico representando média e desvio padrão de reportagens diárias em fevereiro.

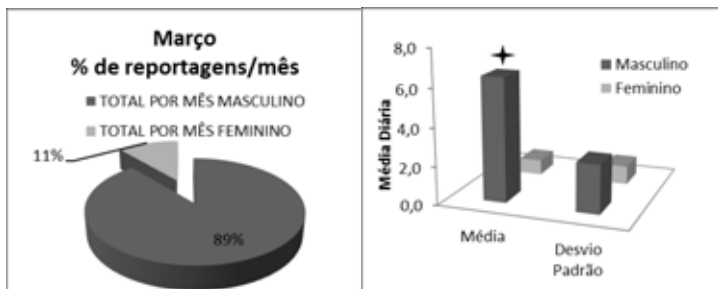


Em fevereiro de 2016, o número geral de reportagens no presente mês chegou a 183, sendo que 169 das reportagens destinadas ao público masculino apresentaram um percentual de 92% das reportagens, com uma média diária de $5,8(\pm 2,6)$, enquanto as destinadas ao gênero feminino apresentaram um número total de 14, com percentual de 8% e média diária de

0,5(\pm 0,7). O valor de “p” acusou diferença significativa igual a 0,00000 para os dados emparelhados.

Figura 2.1. Representação do percentual de reportagens pelo mês observado;

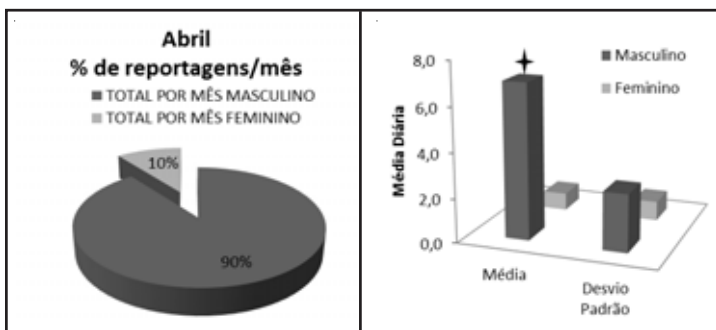
Figura 2.2. Representação da média e desvio padrão de reportagens diárias



Em março de 2016, o número geral de reportagens chegou a 226, sendo 201 das reportagens destinadas ao público masculino apresentando um percentual de 89%, com uma média diária de 6,5(\pm 2,6), enquanto às destinadas ao gênero feminino apresentaram um número total de 25 com percentual de 11% e média diária de 0,8(\pm 1,0). O valor de “p” acusou diferença significativa igual a 0,00000 para os dados comparados.

Figura 3.1. Representação do percentual de reportagens pelo mês observado.

Figura 3.2. Representação da média e desvio padrão de reportagens diárias.



Em abril de 2016, o número geral de reportagens chegou a 234, sendo 210 as reportagens destinadas ao público masculino, apresentando um percentual de 90%, com uma média diária de $7,0(\pm 2,6)$, enquanto as destinadas ao gênero feminino apresentaram um número total de 24, com percentual 10% e média diária de $0,8(\pm 0,9)$. O valor de “p” acusou diferença significativa igual a 0,00000 para os dados comparados.

Apesar das evoluções históricas e da expansão dos espaços ocupados pela mulher e a decorrente remodelação dos papéis de gênero que ocorreram, e ainda ocorrem, no cenário mundial, podemos observar a desproporcionalidade na repercussão midiática do jornal *Folha de São Paulo* no que tange a reportagens esportivas na relação homens e mulheres.

A princípio, a utilização do teste “t” de *Student* parecia ser algo necessário por se tratar de dados estatísticos, onde imaginávamos que os resultados poderiam apresentar diferenças, porém, não tão expressivas assim como as encontradas até o presente momento. O percentual de reportagens encontradas

surpreendeu as expectativas esperadas, fazendo do teste "t" uma ferramenta basicamente desnecessária para o estudo, tamanha a discrepância entre os gêneros.

A supremacia das reportagens relacionadas ao gênero masculino se fundamenta de alguma forma no fato do futebol masculino ser a preferência nacional. Esta modalidade é, sem dúvida, aquela que mais movimentava o mercado esportivo e mexe com o imaginário da população brasileira. O futebol extrapola o lugar de modalidade esportiva, ele é um fenômeno econômico, mercadológico e midiático. Porém, quando praticado por mulheres, não gera os mesmos recursos, o investimento é ínfimo e as atletas de alto rendimento não alcançam a visibilidade que os jogadores do sexo masculino alcançam. Embora estejamos num momento de desconstrução, a relação mulher-futebol ainda não é natural.

Ao fazer uma reflexão acerca da percepção da sociedade sobre as mulheres que praticam futebol (Knijnik; Vasconcelos, 2003), afirmam que a Federação Paulista de Futebol promoveu, no ano de 2001, um campeonato feminino e, segundo os organizadores, o objetivo era embelezar a modalidade. É notável que a questão do rendimento é relegada a segundo plano

Knijnik (2003) defende a ideia de que a hipersexualização do corpo feminino é um fator que impede a real inclusão da mulher no universo esportivo e os padrões patriarcais de beleza e feminilidade ainda se mantêm rígidos (p.31).

A inserção da mulher no mercado de trabalho, principalmente nos cargos de decisão, e no esporte vem causando grandes tensões nas relações, pois as estruturas sociais que se mostram ainda coercitivas, insistindo em delimitar espaços de atuação, estão sendo diluídas através da conquista de resultados, quebra de recordes e na progressiva inserção de inúmeras mulheres, principalmente em modalidades esportivas hegemonicamente masculinas.

Embora os dados do IBGE apontem para um percentual majoritário da mulher na sociedade atual, e ainda que as mesmas venham se destacando em cargos de trabalhos e *performance* esportiva, os dados quantitativos apresentados no período de três meses revelam que não é recíproco o perfil quantitativo mediante a participação da mulher na sociedade quando comparado ao esporte analisado pela mídia impressa.

Percebemos que as práticas que inferiorizam a mulher permanecem ainda engessadas. Tal afirmação se comprova nos dados apresentados, onde é demonstrada a discrepância entre a quantidade de reportagens relacionadas a mulheres e homens.

As mulheres ocupam diversos lugares em diversas modalidades esportivas e este protagonismo não é outorgado através da mídia impressa. Estar na mídia de forma positiva significa ocupar espaço de visibilidade. Silenciar o sucesso das mulheres é, sem dúvida, uma forma brutal de violência. Precisamos refletir sobre os papéis e ponderar sobre a atuação que a mulher tem no esporte e como ela tem reverberado nas mídias. Precisamos estimular a desconstrução dos arquétipos atribuídos ao corpo feminino. Questionar o conceito de feminilidade é também uma tarefa urgente.

Romero (2003) afirma que, na Antiguidade, as mulheres eram excluídas dos Jogos Olímpicos. Nos Jogos Modernos, Pierre de Coubertin dizia que o papel da mulher era coroar os homens vencedores. Observamos que, apesar das grandes mudanças em todos os âmbitos da sociedade no que diz respeito a gênero, a mulher ainda é coadjuvante no universo esportivo, pelo menos no que diz respeito à repercussão midiática impressa.

Referências

ARAÚJO, C. I. P. R.; FIGUEIREDO, C. A. Sustainability and Sustainable Development in Future Olympic Games: an Overview of Olympic Agenda 2020. In: DESLANDES, Andrea; DACOSTA, Lamartine Pereira; MIRAGAYA, Ana. **The Future of Sports Mega-Events**. Rio de Janeiro: Engenho, 2015.

ARAÚJO, C *et al.* Estudo de caso. Métodos de investigação em Educação. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2008. Disponível em < http://grupo4te.com.sapo.pt/estudo_caso.pdf>. Acesso em: 29 de janeiro de 2016

BOENTE, A.; BRAGA, G. **Metodologia científica contemporânea**. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

História das mulheres no esporte: o gênero como categoria analítica. In: XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte, Recife. Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Recife: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007b. v. 1. p. 1-10.

UOL. História Da Folha. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm> Acesso em 03 de junho de 2016.

GOELLNER, S. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. Rev Movimento, Porto Alegre, v.13, n. 02, p.171-196, maio/agosto de 2007. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/3554/1953>> Acesso em 20 de Junho de 2016

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas; **Pesquisa Mensal de Emprego** - PME 2012.

- KNIJICK, J. D.; VASCONCELOS, E. G. Capítulo 8. Mulheres na área no país do futebol: perigo de gol. *In: SIMÕES, Antonio Carlos. **Mulher e Esporte: mitos e verdades**. 1. ed. São Paulo: Manole, 2003*
- MAZZOCATO, A. P. F.; *et al.* A influência do esporte na mídia e no desenvolvimento da sociedade. *In: **XIV Seminário Internacional de Educação no Mercosul, 2012***.
- RAMOS, P.; RAMOS, M. M.; BUSNELLO, S. J. Manual prático de metodologia da pesquisa: artigo, resenha, projeto, TCC, monografia, dissertação e tese. Blumenau, SC: Acadêmicas Publicações, 2003.
- SIMÕES, A. C. **Mulher e Esporte: mitos e verdades**. 1. ed. São Paulo: Manole, 2003.
- SOUZA, J. S. S.; KNIJNIK, J. D. A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.21, n.1, p.35-48, jan./mar. 2007.

Capítulo III

Feira Moderna

Cátia Malachias Silva Crelier
Aroldo Evangelista da Silva Junior
Luiz Felipe Roque da Silva
Raphael Almeida Silva Soares

Questões de gênero e raça vêm sendo amplamente discutidas na última década. Grupos de estudo, coletivos e pesquisadores de movimentos sociais e negros, bem como do movimento feminista, apontam que a mulher negra brasileira ocupa atualmente um lugar de subalternidade. Tal afirmação se fundamenta nos dados estatísticos que apontam que a base da pirâmide social tem raça e gênero. A raça é negra e o gênero é feminino.

Ao nos debruçarmos sobre o lugar da mulher negra no quadro atual, percebemos que sua participação nos extratos sociais\econômicos está intimamente ligada à insuficiência monetária. Apesar de ser a maioria das mulheres chefes de família, 51,1%, de acordo com a análise feita pela PNAD em sua série histórica de 1995 a 2009, as mulheres negras chefes de família em 2009 ganhavam 51% em relação ao que recebiam as mulheres brancas. Nessa esteira de raciocínio em termos comparativos, percebemos que se a mulher branca recebe como salário R\$ 1.000,00 (mil reais), em contraposição a mulher negra recebe R\$ 500,00 (quinhentos) (p.29).

Vejamos que, analisando os dados da PNAD, conhecemos a realidade brasileira em torno da posição ocupada pela mulher negra no pódio econômico\financeiro nacional. Tais dados demonstram que, entre os extremamente pobres, as mulheres negras são 7,4%, enquanto as brancas são 3,1%. Entre os pobres, as mulheres negras são 13,4%, enquanto as brancas são 5,5%.

Entre os vulneráveis, as mulheres negras são 53%, enquanto as brancas são 38,9%. Por fim, quanto às não pobres, as taxas se invertem em ordem de grandeza, demonstrando que as mulheres negras são 26%, enquanto as brancas são 52,5%. Percebemos que quando tratamos de pobreza, as negras formam um grupo maior entre as mais pobres, mas quando passamos a analisar os não pobres, percebemos que o grupo de mulheres negras diminui e o grupo de mulheres brancas aumenta ao dobro do grupo de negras.

Por fim, ao considerar o rendimento do homem branco como referência (100%), os dados da PNAD demonstram que as mulheres negras recebem em torno de 40% do rendimento atribuído àquele. Tendo em vista estes dados apresentados, é possível analisar quão desvalorizada é a profissional negra frente a profissional branca. Mas o referido estudo não tem como escopo criar barreiras raciais, muito menos cismas que alarguem o distanciamento na relação intersubjetiva entre os nacionais; contudo, necessário se faz demonstrar tal realidade para que possamos entender a necessidade de desenvolvimento pelo estado de políticas públicas para a promoção do avanço econômico das mulheres negras, tendo como objetivo reduzir as desigualdades sociais e regionais, erradicando a pobreza e a marginalização, fundamentadas no princípio da dignidade da pessoa humana, como determinam os artigos 1º, III; 3º, III da Constituição Federal de 1988.

Tabela 1. Dados étnicos sociais

População	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não Pobres	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009	1999	2009
Total	10,4	5,2	16,4	9,5	44,9	45,9	28,3	39,4
Mulheres	10,3	5,3	16,3	9,5	45,0	46,0	28,5	39,2
Homens	10,5	5,1	16,5	9,5	44,8	45,8	28,2	39,6
Negros	16,0	7,2	22,9	13,1	46,3	52,6	14,7	27,1
Branco	5,7	3,0	10,8	5,6	43,8	38,8	39,7	52,6
Mulheres negras	16,0	7,4	22,9	13,4	46,6	53,0	14,5	26,3
Mulheres brancas	5,7	3,1	10,9	5,5	43,8	38,9	39,6	52,5
Homens negros	16,1	7,0	23,0	12,9	46,1	52,2	14,9	27,9
Homens brancos	5,6	2,9	10,8	5,6	43,8	38,7	39,8	52,8

Fonte: Ipea et al. (2011). Elaboração dos autores

Percebemos que ser negra no Brasil significa estar inserida num ciclo de marginalização e imersa num universo de estereótipos. Alguns estudos, como o de Sueli Carneiro (2003), reconhecem que este processo de preterimento, historicamente construído, se dá até mesmo no movimento feminista brasileiro, pois este não abarca as reivindicações das mulheres negras, sendo altamente eurocêntrico e ocidental. Observamos que estes processos de exclusão se revelam em todas as esferas da sociedade, e aqui nos ateremos aos arranjos esportivos e midiáticos e, por conseguinte, econômicos.

O esporte tem sido um grande veículo de ascensão social para este contingente de mulheres. Através da resistência, elas entraram no cenário olímpico, ultrapassando as barreiras de cor e de gênero. Estes impedimentos são estruturas racistas e discriminatórias enraizadas no imaginário social e que se manifestam nas relações de poder, fundamentadas na hierarquização de gênero e raça, que se desdobram em todas as esferas da sociedade, principalmente nos arranjos midiático, que é o

nosso objeto de estudo. Corroborando Ramos (2002), apud Winch *et al*, Escobar, 2012, afirma que:

Discutir as dinâmicas da mídia frente as questões de raça e etnicidade é, em grande medida, discutir as matrizes do racismo no Brasil. Os meios de comunicação são, por assim dizer, um caso modelo de representação (Ramos, 2002, p.9).

Ao observarmos a representação da mulher negra nas mídias de maior alcance, como a telenovela, percebemos que os ranços do período de escravização se mantêm intactos. A diversidade ainda não é encarada como um elemento de valorização e riqueza, mas como um pilar de onde se originam padrões hegemônicos. O protótipo de beleza eurocêntrico estabelecido é mais um, se não o principal, veículo de exclusão social, pois inferioriza a mulher negra na sua identidade naquilo que a constitui como um sujeito, sua singularidade. Sobre esta faceta do racismo Carneiro (2003, p. 119), afirma que:

O racismo também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advém da exploração e exclusão dos gêneros subalternos. Institui para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis numa competição igualitária. A recorrência abusiva, a inflação de mulheres loiras, ou "enloirização", na televisão brasileira, é um exemplo dessa disparidade.

Estudos históricos e sociais vêm apontando que a trajetória da mulher negra no Brasil é marcada pela luta e pela resistência. A desvalorização do trabalho, a solidão, o preterimento, os estereótipos, a hipersexualização e a inferiorização das características fenotípicas são as marcas

do binômio racismo/machismo que estão cristalizados nas relações sociais. Crenshaw (2012), conceitua este processo de subordinação fundamentada em dois ou mais eixos de interseccionalidade. Para o autor:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (p. 177)

Em decorrência da conjugação desses fatores que se sobrepõem em momentos diversos, de maneiras diferentes ocorreu um processo de demarcação de lugares e não lugares para a mulher negra também no âmbito esportivo. E a um lugar de negação que Angela Davis (2002) chama de invisibilidade, o que é extremamente contraditório, pois, “ao mesmo tempo em que a mulher negra é considerada mão da cultura brasileira, ela é invisível” (p. 1).

Tal invisibilidade é provocada e realimentada pelos arranjos midiáticos. Analisando as relações entre mídia, poder e controle social, fundamentados em Foucault, Gramsci e Marx, Brittos e Gastaldo (2006) destacam o papel do jornalismo na formação de opinião e o seu serviço ao capitalismo com a seguinte afirmativa:

Contudo, o jornalismo é uma dinâmica de construção de realidades, com maior ou menor relação com os fatos sucedidos nos campos político, econômicos, esportivos e demais. Este processo de transformação dos fatos sociais em fatos jornalísticos envolve toda uma técnica

que, como tudo, não é neutra, ou seja, envolve seleções, cortes, descartes, inversões, relações e desconexões, dentre outras medidas (p. 9).

O Brasil estará sediando, em alguns meses, o maior espetáculo esportivo do mundo, os Jogos Olímpicos, que acontecerão no Rio de Janeiro do corrente ano. Estamos imersos num grande apelo midiático para que o evento tenha o sucesso planejado pelos governantes, comitês e patrocinadores. Para que isto ocorra, a mídia impressa exerce uma grande influência no sentido de dar visibilidade aos atletas e divulgar as modalidades menos difundidas. Reconhecemos o papel fundamental da mídia na promoção do atleta e sua influência na captação de patrocínios, que é o que movimenta a economia esportiva. cremos que levantar estes dados seja de grande relevância, pois poderemos identificar o lugar da atleta negra na publicidade brasileira neste ciclo olímpico.

O objetivo deste trabalho é analisar a representação das atletas negras nos cadernos esportivos do jornal *Folha de São Paulo*. Baseados no panorama anteriormente descrito, algumas questões se apresentam: a situação social da mulher negra retratada nos dados se reflete na representação da atleta negra nos arranjos midiáticos esportivos? Qual a representatividade da atleta negra na mídia impressa de grande alcance? O racismo e o machismo estão presentes nos discursos midiáticos dos jornais de maior veiculação? O silêncio e a invisibilidade permeiam a existência da atleta negra no que tange à representação midiática jornalística?

O presente estudo seguiu três etapas para que pudéssemos responder às expectativas, sendo elas: o levantamento de dados referente às últimas notícias do caderno esportivo do jornal *Folha de São*

Paulo. Foram analisados os cadernos esportivos no período de 12 meses na busca de matérias que em seu conteúdo abarcassem as mulheres negras enquanto protagonistas.

A próxima etapa consiste na entrevista aberta da ex-atleta olímpica (Seul-Los Angeles) Eliani de Oliveira. Escolhemos esta atleta porque se manteve dentro do esporte de alto rendimento, participando de duas olimpíadas consecutivas, sendo a única mulher negra dentro do cenário do vôlei feminino em diversos momentos. Hoje ela é atriz, apresentadora, jornalista e milita pelo protagonismo da mulher negra nas diversas esferas da sociedade de forma peculiar.

A última etapa consiste em associar os fatos e apresentar as respostas obtidas através da fusão dos resultados e a fala da entrevistada.

Foram analisadas as reportagens do caderno de esporte do jornal *Folha de São Paulo* buscando catalogar o quantitativo de reportagens de gênero feminino e a qualidade das mesmas. Dessa forma, foram revisados os períodos que variaram entre o mês de maio de 2015 até abril de 2016, totalizando 365 dias, ou 12 meses. Dentro desse período de 12 meses (365 dias), foram encontradas 148 reportagens que se destinavam ao esporte feminino e/ou às esportistas do gênero feminino.

Antes de observarmos a qualidade das informações/reportagens encontradas, convido os leitores para uma breve abordagem quantitativa dos fatos que vão nos ajudar a entender melhor a magnitude do problema. Em 365 dias, obtivemos 148 reportagens, isso nos daria menos do que uma reportagem por dia, seria em média 0,4 reportagens por dia. Em outros dados obtidos de abordagem quantitativa, tivemos a curiosidade de observar as diferenças estatísticas entre homens e

mulheres no mesmo caderno esportivo, porém, dentro de um período menor de tempo. Período esse que durou três meses de pesquisa.

Após observação dos meses de fevereiro, março e abril de 2016, podemos destacar fevereiro como um dos meses mais fracos no quantitativo geral de reportagens para ambos os gêneros, porém, a diferença percentual entre os mesmos ainda é bem perceptível. Os seguintes resultados foram encontrados: A) Em fevereiro, de um total de 183 reportagens entre masculino e feminino, 169 se destinavam a esportistas do gênero masculino, ou seja, 92% das reportagens, que davam em média 5,8 reportagens/dia; B) Em março, com um total de 226 reportagens entre homens e mulheres, 201, ou seja, 89% das reportagens eram destinadas aos esportistas do gênero masculino, com uma média de 6,5 reportagens/dia; C) No mês de abril, o total era de 234 reportagens e 210, o que corresponde a 90% das reportagens, com média de 7,0/dia eram para os esportistas do gênero masculino.

Com base nas informações supracitadas, façamos uma rápida comparação com o mês de fevereiro de 2016 (que provavelmente possa apresentar valores menores de reportagens direcionadas ao esporte, visto que o “Brasil é o país do carnaval”), com os 13 meses (396 dias) entre abril/2015 e abril/2016, onde mesmo que em período mais extensivo de coleta de dados, os valores se apresentem em menor escala em relação ao período de pesquisa durante um mês somente para o gênero masculino. Em outras palavras, os dados indicam que, em período de aproximadamente um ano, não se consegue obter um número de reportagens do gênero feminino relacionados ao esporte sequer igual ao número de reportagens do gênero masculino em um mês somente dos mais fracos.

Embora essa comparação pareça ainda assombrosa, ao buscarmos o *ethos* das reportagens do gênero feminino durante esse período de 12 meses, descobrimos que o que já era ruim poderia ficar ainda pior. Para tanto, foram selecionadas apenas as reportagens do gênero feminino no esporte e divididas em algumas categorias. Ou seja, foram criados grupos de reportagens (GR) e subgrupos de reportagens (SGR), sendo elas: GR-A) Escândalos e *Dopings*; GR-B) Racismo; GR-C) Resultados que alteram a história do esporte feminino; GR-D) Com divulgação do nome da(s) atleta(s); GR-E) Sem divulgação do nome da(s) atleta(s), subdividida em SGR-E1) Evidencia o gênero feminino e SGR-E2) Não coloca em evidência o gênero feminino; GR-F) O gênero masculino como protagonista da história da mulher.

Tabela 2. Número de reportagens encontradas para cada grupo e subgrupo do gênero feminino

GRUPOS	NÚMERO DE REPORTAGENS/GRUPO
GR-A	13
GR-B	04
GR-C	03
GR-D	59
GR-E	SGR-E1= 44 SGR-E2=23
GR-F	02
TOTAL	148

Fonte: própria

A primeira categoria de reportagens relacionadas ao gênero feminino relacionadas neste estudo consiste nas reportagens relativas a escândalos e *dopings* no universo esportivo (GR-A). Elas somam um total de 13 (treze) matérias em que as protagonistas são: Ana Claudia Santos, velocista brasileira pega no antidoping por ter utilizado substâncias proibidas. De igual modo, relata o caso da brasileira Sueli Pereira, melhor colocada na São Silvestre do ano de 2015, que também foi encontrada com substâncias proibidas no sangue. A tenista russa Maria Sharapova recebe destaque em três reportagens neste período, onde explicam com pormenores qual foi a substância proibida encontrada nos exames e os danos que este fato proporcionou à atleta, como perda de patrocínios e suspensões. Nas matérias em que foi veiculado os casos da tenista Maria Sharapova e da velocista Ana Cláudia Santos (não-negras), há imagens de tamanhos consideráveis e as reportagens ocupam um espaço relevante na página. Em contrapartida, no caso da atleta Sueli Pereira (negra), não há veiculação de imagem.

Na categoria (GR-B), analisamos reportagens diretamente ligadas ao racismo no esporte. Temos duas reportagens em que o destaque fica por conta da tenista Serena Williams, grande ícone do tênis feminino mundial, sendo atualmente a número 1 do *ranking* por três anos consecutivos. Coleciona medalhas olímpicas em competições simples, duplas e mistas. Também já venceu 21 vezes o *Grand Slam* (compõem os quatro maiores campeonatos do mundo). A reportagem nos salta aos olhos porque aborda a fala de Raymond Moore, CEO (*Chief Executive Officer*) do tênis mundial ao final do torneio *Indian Wells*. O referido senhor afirmou que a

² Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/03/25/15>>

prática feminina vem a reboque da masculina e que a modalidade necessita de jogadoras mais atraentes. As características físicas da atleta não são consideradas chamariz para o público do tênis.

A jornalista Mariana Lajolo, autora da reportagem, ao analisar o quadro, emite sua opinião: “É a velha história: querem menos Serenas e mais Sharapovas”.² Maria Sharapova é também uma tenista de grande proeminência no cenário mundial, considerada uma das atletas mais bonitas do universo esportivo. A atleta é o protótipo da beleza europeia, pois possui todas as características fenotípicas que os padrões midiáticos estabelecem como belo: loura, olhos claros e magra. No contraponto está Serena, negra e musculosa, com medidas opulentas.

Acreditamos que a imagem exerce papel importante no processo de divulgação dos atletas. Destaca-se a foto da Cristiane, jogadora da seleção feminina de futebol. A reportagem aborda o recorde no elenco de mulheres em Jogos Pan Americanos de Toronto. Tratando do mesmo assunto, apresenta estatísticas que demonstram a redução da vantagem da delegação masculina sobre a feminina e veicula as fotos de três atletas fenotipicamente negras: Etiene Medeiros, da natação, e Joice Silva, atleta de Luta Livre.

Nas reportagens SGR-E2, onde não são colocadas em evidência o gênero feminino, aparecem Formiga, do futebol feminino, Rosangela Santos, do atletismo, Serena Williams e a judoca Sara Menezes. Apenas em duas das reportagens aparecem as imagens das atletas.

Os dados apresentados nos remetem ao fenômeno da invisibilidade, que significa anular, forçadamente, a existência e/ou silenciar ou minimizar o sucesso das atletas negras dentro do cenário esportivo. É sabido que Fabiana

Coutinho, capitã da seleção brasileira de voleibol e campeã olímpica, não tem a mesma projeção midiática que outras atletas não negras, que muitas vezes não possuem resultados tão expressivos. Em sua entrevista, a ex-atleta Lica Oliveira cita a atleta Fabiana e afirma que a jogadora representa muito no cenário esportivo brasileiro e o silêncio da mídia sobre este sucesso é uma maneira de subestimar a atleta. Onde está Fabiana Coutinho no jornal *Folha de São Paulo*? E isso é fruto do racismo?

A histórica inferiorização da estética negra é um dos fatores que contribuem para que este processo se dê, pois, segundo Knijnik (2003), chavões relacionados à sexualidade e beleza são geralmente utilizados para designar inúmeras atletas e que o mito do “Belo Sexo” continua exercendo papel central no universo do esporte feminino (p. 29). Se o ideal de beleza se fundamenta no padrão eurocêntrico e o conceito de ‘Belo’, em geral, não se associa à estética negra, este corpo vive uma contradição, pois, apesar do rendimento, a imagem não corresponde àquilo que a mídia deseja repercutir. Isso se exemplifica no caso citado acima, em que o CEO do Tênis quer mais Sharapovas e menos Serenas.

Levando em consideração os argumentos já apresentados, fazer uma análise do caso ocorrido com Rosângela Santos, do atletismo brasileiro, se faz necessário, tendo em vista que daquele episódio surgiram críticas fervorosas por parte de alguns setores da mídia e da sociedade.

Podemos perceber que no vídeo disponibilizado na internet a repórter pergunta sobre a qualidade da pista de atletismo e a atleta não acha a pergunta adequada. Logo em seguida, pergunta sobre a torcida. O segundo repórter pergunta sobre a final masculina de atletismo. De pronto, a atleta responde que as perguntas devem ser

feitas sobre sua pessoa e não sobre pessoa alheia, muito menos sobre competições masculinas, apresentando perguntas que considera pertinentes, pois diziam respeito diretamente à sua *performance* e às suas expectativas.

Dessa maneira, percebe-se que a entrevista realmente não foi focada na pessoa entrevistada nem em sua *performance*, muito menos nas suas expectativas. O que demonstra o intuito de apenas usar a imagem da atleta como plano de fundo para apresentarem outras questões, edificando a invisibilidade de sua história, de seu trabalho e de suas conquistas.

Este fato se relaciona a outros no cotidiano da mídia brasileira, como já demonstrado, estando intimamente ligados a relações étnico-raciais em desequilíbrio. Conforme Nogueira (2015):

É no espaço midiático que ocorrem grande parte das relações étnico-raciais brasileiras. Portanto, a reprodução da normatização dessa discrepância étnica opera em um senso comum onde tudo parece estar no seu devido lugar. E quando ocorre o protagonismo do negro nesse cenário midiático, o jornalismo esportivo sequer problematiza ou enaltece o fato (p.43).

Lica Oliveira, durante a entrevista, diz acreditar que a maneira que temos de mudar o quadro atual é permanecer na luta, ocupar os espaços e nos fortalecer.

É urgente uma reflexão consistente sobre as relações de raça e gênero no esporte. Democratizar os meios de comunicação é um passo importante no caminho da inclusão e no empoderamento da mulher negra no universo esportivo. Já se caminhou muito. Sim, hoje a mulher está em todos os lugares, mas a mídia nega este fato de maneira implícita. A mulher negra tem resistido a estes

fenômenos coercitivos. As que despontam no esporte são de origem pobre. Os seja, a interseccionalidade se estabelece. As discriminações de gênero, classe e raça recaem sobre este contingente de mulheres também na mídia esportiva. A atleta brasileira preta vem resistindo do quilombo ao pódio.

Referências

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo. *Estudos Avançados*, ed. 17 (49), 2003. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/eav/article/viewFile/9948/11520> > Acesso em 20 de junho de 2016.

DAVIS, A. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. Disponível em <https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/c2a0as-mulheres-negras-na-construc3a7c3a3o-de-uma-nova-utopia-e28093-angela-davis.pdf> > Acesso em 20 de junho de 2016.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero. 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf> > Acesso em: 24 de março de 2016.

BORGES, R. C.; BORGES, R. **Mídia e racismo**. Brasília: ABPN, 2012.

CRENSHAL, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> >. Acesso em 20 de junho de 2016

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf> .> Acesso em 20 de junho de 2016.

RAMOS, S. **Mídia e Racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2002

Capítulo IV

Nessa caverna o convite
é sempre igual

Juliana de Jesus Pinheiro Peres
Carlos Alberto Figueiredo da Silva

Em 2015, especificamente entre o dia vinte e três de outubro e o dia primeiro de novembro, o Brasil foi sede dos primeiros Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (JMPI). Este evento, idealizado por índios brasileiros, contou com o apoio do Ministério do Esporte, dos governos estadual do Tocantins e municipal de Palmas e do Programa das Nações Unidas (PNUD).

Os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas surgiram como uma proposta de evento internacional, com o objetivo de reunir atletas indígenas de diversos países em competições esportivas de diferentes modalidades e em fóruns temáticos, a fim de proporcionar discussões acerca das demandas da população indígena do mundo.

Este capítulo tem como objetivo apresentar as análises que foram desenvolvidas pelos autores sobre os I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, buscando compreender os pontos fortes e fracos do evento sob a ótica de espectadores não indígenas.

Podemos afirmar que os I JMPI se tornaram uma possibilidade real a partir do sucesso obtido nas realizações dos Jogos Indígenas Nacionais Brasileiros, cuja história se deu a partir de uma iniciativa dos irmãos indígenas Carlos e Marcos Terena.

Os irmãos Terena encaminharam ao Ministério do Esporte, em 1980, a proposta para a realização dos Jogos Indígenas, com o intuito de agregar os valores dos esportes tradicionais indígenas. Porém, a aprovação do

projeto só ocorreu após a criação do Ministério Extraordinário dos Esportes, em 1996, pelo então ministro dos esportes, Edson Arantes do Nascimento.

Desde então, o Comitê Intertribal¹, fundado por Marcos Terena, luta para que os jogos aconteçam anualmente (não foi possível a realização nos anos 1997, 1998, 2006, 2008 e 2010). Tradicionalmente, esses jogos ocorrem em aldeias e buscam resgatar e valorizar a cultura dos povos indígenas, promovendo o intercâmbio cultural entre os “parentes”² de diferentes etnias através da prática esportiva.

Foi nos XIII Jogos dos Povos Indígenas, em 2013, que as autoridades indígenas de dezessete países e índios de quarenta e oito aldeias indígenas brasileiras debateram a criação dos Jogos Mundiais Indígenas.

De acordo com o site oficial do Programa das Nações Unidas: “Os jogos têm o objetivo de aproximar a comunidade global da realidade indígena com demonstrações culturais e modalidades desportivas” (PNUD, 2015). Esta afirmação é ratificada nas palavras do índio Carlos Terena, que disse em documentário realizado em 2010 sobre os IX jogos dos Povos Indígenas que: “A ideia é mostrar para a sociedade brasileira o índio.” (Duque, 2008)³

Além de apresentar a cultura indígena para o restante da sociedade brasileira, um outro objetivo pertinente pode ser encontrado nas palavras de Marcos Terena em entrevista ao site do PNUD:

¹ O Comitê Intertribal é um organismo indígena de cunho político, que busca o combate a todas as formas de discriminação através da garantia de direitos constitucionais.

² ‘Parentes’ é a forma de tratamento entre índios de diferentes etnias brasileiras.

³ Excerto retirado do documentário IX Jogos dos Povos Indígenas - Parte 1. Direção: Ronaldo Duque. Produção: Fantasias luminosas. Brasília: Ministério da Cultura e Ministério do Esporte, 2008.

Os jogos mundiais dos povos indígenas é uma idealização do sonho de um índio brasileiro, que nasceu inicialmente de um grupo de estudantes indígenas aqui em Brasília, no final dos anos 70, inícios dos anos 80. No decorrer desse tempo, a gente convidou vários países que souberam do evento, para assistir e conhecer e aí foi nascendo, então, a ideia de um grande conagraçamento dos povos indígenas do mundo todo (PNUD, 2015).

A relevância deste trabalho advém da importância do conhecimento, divulgação e, principalmente, da preservação da cultura dos povos indígenas. Entendemos o evento como um ganho real para a política de afirmação destes povos, no sentido de se apresentar como uma excelente oportunidade de divulgação da cultura indígena à população não indígena e, como consequência, propiciar uma atitude respeitosa no inter-relacionamento com toda a sociedade envolvida.

O fato de buscar entender como os participantes não indígenas percebem os jogos, seus pontos fortes e fracos, com o intuito de levantar questionamentos relevantes para um possível repensar sobre o evento, pode efetivamente contribuir para o aprimoramento dos jogos.

O presente estudo caracteriza-se como um trabalho de natureza qualitativa, entendendo-a como “relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (Silva, 2001, p.20).

Para tal, no percurso metodológico trabalhamos com a descrição do evento apresentando as principais características e, como aporte, utilizamos, principalmente, documentários de eventos anteriores e sites, visto a

escassez de trabalhos realizados sobre os Jogos Indígenas até o presente momento.

Para a obtenção dos dados foram realizadas entrevistas com seis espectadores não indígenas dos primeiros Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. Os dados foram obtidos em contato direto do pesquisador na situação de entrevista de pesquisa, utilizando como materiais de coleta de dados a gravação oral de perguntas semiestruturadas e diário de campo. Desta forma, a preocupação foi, para além das respostas puras dos entrevistados, retratar a perspectiva dos participantes em interação com o evento.

Nossa análise se preocupou em observar os pontos fortes e fracos do evento e estabelecer uma relação entre os argumentos apresentados por eles. Como forma de manter o anonimato dos entrevistados, optamos por apresentá-los numerados.

Podemos destacar entre os pontos fortes dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas a maior visibilidade da luta dos movimentos sociais indígenas, inclusive partindo de temáticas abordadas nos fóruns oportunizados pelo evento. Este fato se pauta nas respostas de alguns dos entrevistados:

Entrevistado 1

“Nesta perspectiva, eu acredito que no momento que a gente vive no Brasil, né, de um genocídio histórico e persistente em relação aos povos indígenas, eu acho que é um momento ideal de dar visibilidade a essa luta que acontece cotidianamente.”

Entrevistado 4

“Pode ser que surja uma agenda positiva em relação aos jogos, não só a questão dos jogos,

mas de outras questões que são tratadas nos fóruns paralelos aqui, né? Então, direito à terra, à Educação, Saúde, questão de gênero, das mulheres, há um fórum das mulheres aí dentro, então, se não propriamente com a questão do esporte indígena, há outras frentes de batalha, de luta, cuja aproximação dos jogos permite tal exposição.”

Entrevistado 5

“Esse é o primeiro jogo mundial, né? Então, ainda precisa ser avaliado, mas os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, eles são um espaço de vitrine, né? Onde por algum momento no país se dá visibilidade a esses povos, porque é negada a existência deles, é negado os direitos deles, sempre foi.”

Entrevistada 3

“Um ponto positivo para a comunidade indígena nacional, eu acho que é a visibilidade, é poder se ver de uma forma mais empoderada, mais alegre, mais participativa.”

Corroboramos as falas apresentadas, no sentido de que a causa indígena é uma luta histórica e quase invisível aos olhos da população brasileira não indígena e necessita de maior exposição. O fato é que os indígenas brasileiros são “saqueados, caçados e mortos desde a ‘descoberta’ do Brasil pelos colonizadores europeus e hoje os indígenas representam menos de 0,4% da população” (Naudascher, 2014, p.18).

Desde a década de 1950, o Estado vê o índio como alvo de uma inevitável e gradativa integração à

sociedade nacional. Ratifico essas palavras levantando a questão da criação, em 1910, do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que atualmente é a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Esta entidade surgiu com o intuito de garantir que essa transição se desse de forma mediada e sem conflito, onde, ao final, o índio se tornaria integrado, indistinto no meio dos demais brasileiros.

Hoje a FUNAI não é mais tutora, mas é preciso salientar que o SPI agia no sentido de representação dos indígenas perante a lei. “O Estado tutor é aquele que decide pelos índios e, sob o pretexto de cuidar deles, os mantém sob controle” (Cohn, 2013, p.18).

Na época da criação do SPI, começava também a ideia de territórios indígenas, locais nos quais os indígenas poderiam dar continuidade a seus costumes sob a proteção (ou controle) do Estado. Ao SPI cabia também a tarefa de definir quem era indígena ou não.

O avanço mais significativo neste quadro foi a criação da Constituição Federal Brasileira (CF) de 1988, onde é reconhecido o direito dos índios às suas terras e à cidadania plena. De acordo com Cohn (2013), esse avanço jurídico só pode ocorrer por conta da mobilização indígena e de sua atuação junto a aliados na Assembleia Constituinte.

Embora reconhecido o direito à terra,

Os territórios indígenas demarcados pelo Estado brasileiro são terras alienáveis da União, cedidas aos índios em regime de usufruto, ou seja, eles não têm a posse das terras: ganham o direito de nelas residir e fazer uso das riquezas do solo e das águas para viver (Cohn, 2013, p.19).

Apesar de alguns avanços obtidos e de algumas terras demarcadas, precisamos pensar que quando promulgada

a Constituição Federal, o Brasil teria cinco anos para demarcar todas as terras indígenas, o que até hoje não ocorreu. O que podemos acompanhar são noticiários sobre como essas terras estão sendo ameaçadas por projetos de criação de hidrelétricas, pela construção e pelo asfaltamento de estradas que as atravessam, por projetos de mineração, entre outras intenções de 'avanço' nacional.

Hoje, há um projeto de lei em tramitação no Senado, a PEC 215. Criada em 2000, tramitou na Câmara por quinze anos, sem consenso entre os parlamentares. Em 2015, a bancada ruralista conseguiu colocar a proposta novamente em pauta.

O substitutivo apresentado, que reúne outras propostas apensadas, proíbe a ampliação de áreas já demarcadas e dificulta o reconhecimento de novos territórios. O texto também inclui um marco temporal, em que os povos indígenas e quilombolas somente teriam direito à terra se já a estivessem ocupando em 5 de outubro de 1988, além de propor indenização em dinheiro aos proprietários das áreas demarcadas, de forma retroativa. Este fato corrobora a oportuna exposição das lutas e causas sociais indígenas nos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas.

Algumas manifestações ocorreram durante o evento e focalizavam o embargo da PEC 2015. Este acontecimento fez com que se espalhasse nas redes sociais vídeos e textos explicativos sobre este importante debate da sociedade brasileira. Esses manifestantes indígenas entenderam que o evento apresentava uma oportunidade de exposição midiática mundial e fizeram bom proveito da situação.

Outro ponto positivo a ser observado é o de mostrar para a sociedade brasileira o índio nos dias atuais, desmitificando a imagem caricaturada. Marcos Terena, maior nome na luta pelos direitos indígenas da atualidade,

já havia falado sobre a necessidade de o homem 'branco' entender o que é ser índio hoje:

O brasileiro precisa ter mais clareza sobre a figura do índio, que é totalmente caricaturada. A figura do índio no Brasil de hoje não pode ser aquela de 500 anos atrás, do passado, que representa aquele primeiro contato. Da mesma forma que o Brasil de hoje não é o Brasil de ontem (Morim, 2004, p.47).

Encontramos nas palavras de alguns entrevistados o mesmo sentimento:

Entrevistada 2

"Eu acho que a sociedade brasileira ainda está tão distante de entender o papel do indígena, de ter respeito pelo indígena, então, de benefício desses jogos, eu acho que é conhecer mais, né, porque as pessoas se conhecendo elas vão quebrando preconceitos."

Entrevistado 5

"A sociedade enxerga os povos indígenas de uma forma genérica, com estereótipos, é preconceituosa, então, assim, esse momento é um momento talvez único onde a sociedade vê os índios com mais valor, fora deste espaço vê o índio como empecilho ao desenvolvimento, vê eles como pedintes, e sei lá, a imagem é totalmente negativa, então os jogos tem essa função de fazer uma exposição positiva dessas comunidades."

Pode-se afirmar que os indígenas, ao longo desses mais de quinhentos anos de Brasil, como os conhecemos, conseguiram superar algumas dificuldades. Reconhecer sua humanidade e liberdade (direito a não escravização) e sua capacidade (direito de não serem tutelados), foram direitos conquistados 'a duras penas', mas, atualmente, precisam enfrentar a questão da identidade étnica, no sentido do autorreconhecimento e autoidentificação.

O Brasil ratificou em 2002 a convenção 169 sobre povos indígenas e tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), segundo a qual a identidade dos povos indígenas hoje é feita através de auto declaração e não mais atribuída.

Assistimos o que parece ser o ressurgimento de grupos indígenas, isso se dá porque comunidades que tiveram que praticar sua diversidade cultural e étnica em silêncio e às escondidas finalmente puderam vir a público [...] por muito tempo no Brasil, ser índio significou ser reduzido às missões, escravizado, ser alvo de discriminação e até chacinas. Voltam agora a afirmar sua diferença, ver reconhecida sua identidade e a recuperar muito do que perderam (Cohn, 2013, p.20).

Mas é preciso ratificar que a própria terminologia 'índio' por muito tempo foi entendida como termo pejorativo. Algumas etnias ainda não se permitem ser chamadas assim, e algumas preferem que o termo 'índio' seja acompanhado da etnia a qual pertencem. Por exemplo, índios Kaingangue, índios Terena etc. Isto significa afirmar sua condição indígena, mas externando que os povos indígenas são muitos e diferentes.

Parece ser razoável afirmar que a forma equivocada de entender a palavra 'índio' é proveniente das afirmações

dos colonos que qualificaram as línguas, religiões e organizações indígenas inferiores à europeia. Foi um pensamento colonizador que ainda pertence a muitos brasileiros, inclusive sendo perpetuado nos livros didáticos. Mesmo com tantas evidências contrárias, a propagação nas cartas enviadas a Portugal é o que ainda está na memória de vários brasileiros: indígenas como ‘preguiçosos e primitivos’.

Mostrar a nova cara do indígena para o não indígena se faz necessário não só para as questões identitárias de cada povo, mas, principalmente, para a busca pelo respeito destes perante esta parcela da sociedade brasileira.

Ainda em relação aos pontos fortes dos JMPI, podemos destacar o intercâmbio cultural entre os diversos povos participantes do evento.

Em entrevista ao site do PNUD, Marcos Terena afirma que, através dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, foi possível explicar para as comunidades indígenas do Brasil a existência de índios em outros continentes do mundo e ainda promover a integração destes com os índios brasileiros. Neste sentido, “o objetivo, além do intercâmbio entre os povos, era promover a celebração, porque através da celebração todos os povos ficam iguais” (Duque, 2008)⁴.

Encontramos em algumas entrevistas tal entendimento:

Entrevistado 4

“Bem, muitos povos se conhecem e se conheceram, por exemplo, na Constituinte, quando teve a Constituinte de 87, que começou, né, vários grupos que não se conheciam passaram a se conhecer ali, no terreno de

⁴ Excerto retirado do documentário IX Jogos dos Povos Indígenas - Parte 2. Direção: Ronaldo Duque. Produção: Fantasia Luminosas. Brasília: Ministério da Cultura e Ministério do Esporte, 2008.

Brasília mesmo, em frente ao Congresso Nacional, de igual maneira isso também acontece aqui, apesar de muitos grupos serem repetidos, já terem essa relação com os grupos latino americanos e de outros lugares, é uma relação inédita, então é positivo neste sentido.”

Entrevistada 3

“Um ponto positivo para a comunidade indígena internacional é saber que eles não estão sozinhos, que tão por aí, que existem outros parecidos e com questões semelhantes, eu acho que isso é muito bacana, você saber que você não está sozinho.”

Entrevistada 6

“Eles têm oportunidade de conhecer a cultura dos irmãos que eles não conheciam, eu mesma já entrevistei vários indígenas que me falaram isso, por exemplo, indígenas do Pará, que não conhecem indígenas do Mato Grosso, e aí eles têm uma oportunidade de trocar, de conhecer as danças dos outros, são etnias diferentes, eles têm tradições diferentes, pinturas, o artesanato deles é diferente, têm a oportunidade de trocar também com os indígenas de outros países, a Nova Zelândia, que tem uma vestimenta totalmente diferente da Rússia, né? O pessoal estava brincando que parecem indígenas esquimós, né, com aquelas roupas, para eles é uma coisa assim, é meio inédito para nós estar vendo o indígena daquele jeito e é mais inédito ainda para eles, né? Assim, muitas vezes não imaginam o

indígena naquela situação. Então, são oportunidades de troca de experiência entre as próprias etnias.”

Além das trocas entre os povos indígenas, podemos destacar também a troca com a população não indígena. Muitos voluntários e mesmo os espectadores que entraram em contato com os indígenas puderam desfrutar deste intercâmbio cultural.

Entrevistada 6

“Eu acho que é positivo mesmo essa troca de experiências, os não indígenas, os brancos, estão curiosos para tocar, né? Para conhecer, às vezes toca a pintura na pele, às vezes toca as penas que fazem parte do cocar, por exemplo, é uma troca de experiência e os indígenas também querem saber de algumas coisas que os brancos estão acostumados e eles não estão, eles têm dúvidas em relação a nós, assim como nós temos dúvidas com relação a eles. Eu acho que a troca é positiva.”

Pudemos observar, como pesquisadores e participantes do evento, que as trocas foram, na medida do possível, proveitosas. Em relação à população não indígena, a organização tentou separar as arquibancadas da arena esportiva em indígenas e não indígenas, o que dificultava um pouco a interação, mas os espaços não formais, como as feirinhas, faziam com que a interação acontecesse de forma espontânea. Entre as diferentes etnias, percebi maior interesse de interação. Alguns jogos de demonstração (jogos em que uma etnia apresentava um jogo característico e próprio do seu povo) foram

realizados com convidados de outras etnias, muitos indígenas que não falavam a mesma língua interagem e trocavam utensílios e até vestimentas. Eles aparentavam estar muito empolgados e ávidos por estas trocas. Apenas destaco que poderia haver maior interação se houvesse mais tempo de convivência entre eles, pois os indígenas estrangeiros não ficaram hospedados no mesmo local que os indígenas brasileiros e só chegavam ao evento no horário dos seus jogos, resultando em curto tempo para trocas com os índios brasileiros.

Um outro ponto forte reside no fato de os povos indígenas se sentirem valorizados pela demonstração de interesse da população não indígena na cultura tradicional apresentada nos jogos.

Entrevistado 2

“Eu vejo que a partir dos jogos mundiais, as comunidades vão ter oportunidade de interagir com a sociedade, de ter uma impressão melhor do que é realmente, de como a sociedade vê a cultura deles [...] Eles estão tendo essa noção, de que as pessoas realmente valorizam a cultura deles.”

Entrevistado 3

“O homem não indígena, na verdade, ele tá valorizando, ele tá reconhecendo, e os povos indígenas estão tendo esse contato, né? Estão podendo conhecer melhor e estão se sentindo mais importantes dentro da nossa sociedade, porque, por bastante tempo, eles estavam se sentindo excluídos, é uma forma de incluí-los no nosso convívio.”

Em relação a este tema, o que pudemos ver nos dias de jogos foram não indígenas encantados com a diversidade e a riqueza mantida entre diferentes povos nativos. De alguma forma querendo fazer parte e aprender mais sobre a rica cultura indígena. Pintavam os corpos, compravam artesanatos, faziam muitas fotos e aplaudiam os jogos e as danças apresentadas com muito entusiasmo. A mídia local e nacional cobria parte dos jogos ou exibia matérias sobre algum fato relacionado ao evento.

Acreditamos que para os brasileiros indígenas, ter sido retratada a obviedade de serem importantes geradores de cultura e, tendo sido reconhecida pela mídia sua importância histórica dentro da formação da população brasileira, em data diferente do dia 19 de abril (dia reconhecido como dia do índio), tenha sido de grande valia, no sentido de orgulho da condição indígena para esses povos.

Para os brasileiros não indígenas, entrar em contato com muitas das etnias que compõem a população indígena foi, em certa medida, uma oportunidade para promover e valorizar a cultura ancestral de um país que ainda caminha para reconhecer uma parte de sua identidade, que foi sistematicamente destruída e inferiorizada desde a invasão europeia de 1500.

Podemos citar como ponto fraco dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas o possível caráter de exploração da imagem do índio brasileiro por empresários e governantes, muitas vezes reforçando estereótipos.

Pode-se entender mais claramente este argumento lembrando a Copa das Confederações realizada em 2013 no Brasil, onde índios, vestindo penas, calça de brim e camisa xadrez estampavam propagandas da marca Coca-Cola pelas ruas do país, com o slogan: "Bem-Vindos à Copa de Todo Mundo". De acordo com Naudascher

(2014), a imagem irritou particularmente os índios, a quem a autora afirma serem as principais vítimas dos grandes grupos alimentícios que os expropriam. Naudascher (2014) diz ser este precisamente o caso desta empresa (Coca-Cola), que compra açúcar de um grupo brasileiro que cultiva em terras confiscadas da tribo Guarani-kaiowá, no Mato Grosso do Sul.

Ratificando esta preocupação e indignação, algumas etnias brasileiras (Krahô, Apinajé, Guarani-Kaiowá entre outras) se recusaram a participar dos primeiros JMPI. Esses indígenas, contrários à realização dos jogos, entendem que o governo estaria se aproveitando da imagem folclórica sobre o indígena com o único objetivo de exploração, sem proporcionar benefícios reais aos grupos indígenas brasileiros.

Encontramos essas preocupações nas falas de alguns entrevistados:

Entrevistada 1

“Se a gente pensa no Brasil qual é a ideia de povo indígena que a gente aprende lá nos livros didáticos, é toda essa imagem que é construída, o que me preocupa é, talvez, de reforçar, de ter todo esse imaginário do espetáculo, em detrimento inclusive dessa luta indígena, da luta dos povos indígenas, não só aqui no Brasil como no mundo inteiro [...] o que me preocupa é com esse caráter de espetacularização, com essa imagem de folclore, porque não é um folclore, né? São povos originários, então, a gente tem que ter todo esse respeito à diversidade cultural.”

Entrevistado 5

“O que eu acho de negativo é que os jogos não aproveitam todo o potencial de reverter essa imagem negativa, então, se houvesse ações com, claro que o ambiente formal para a educação da Lei 11.645 é dentro das escolas, mas trabalhar a imagem correta do índio num evento como esse é essencial e a gente perdeu essa oportunidade.”

Entrevistada 2

“Ponto negativo, talvez por conta dos representantes, né, dos empresários. É... tem que ver realmente qual é o objetivo deles, que não sejam motivos de autopromoção, que seja para valorizar realmente essas comunidades e que traga algum benefício para eles, né? E que não só quem está aqui participando possa se beneficiar, mas também quem ficou dentro das aldeias, o interessante é isso.”

Outro ponto fraco a ser destacado é a interferência do homem não indígena na organização dos Jogos. Desde o início do processo de construção da ideia de promoção deste evento, as iniciativas, mesmo que partindo de um indígena, sempre tiveram que buscar aprovação governamental não indígena e, desta forma, serem controladas por entidades e pessoas distantes da realidade indígena. Muito do que foi pensado e acordado não se concretizou. O que pude observar foram mudanças significativas em relação desde a organização do evento em termos estruturais de acomodação dos atletas até regras dos esportes apresentados.

Entrevistado 6

“Negativo eu acho que pode ser, às vezes, uma interferência do homem mesmo, do não indígena, do homem branco, né? Também ouvi isso de algumas pessoas, tipo, ao delimitar como é que funciona os jogos, às vezes do tempo da partida de futebol que eles delimitaram em 2 tempos de 30 minutos cada, na final 2 de 40 minutos. É assim que eles jogam? Será que aqui funciona desse jeito? Ou a venda do artesanato ali na feira mundial do artesanato indígena, eles estão numa cabine super organizadinhas, com um padrão, é padronizado, mas cada etnia tem seu estilo, não é daquele jeito que eles vendem, não é daquele jeito que eles estão acostumados a fazer isso; então; querendo ou não, por mais que as pessoas digam que a interferência é mínima, ou que não há interferência, há uma interferência sim, mas eu espero que fique só aqui, que não, né, que não saia daqui, que não levem nada disso.”

Outra questão relevante abordada se refere à falta de senso por parte do governo, que se mostra empenhado em apoiar financeiramente os jogos indígenas enquanto ignoravam (e continuam ignorando) a falta de recursos, o genocídio e outros problemas diversos que estes povos enfrentam, principalmente, em relação às disputas territoriais com os empresários do agronegócio. Lamentavam, principalmente, que os próprios indígenas estivessem apoiando esses jogos. Esse sentimento fica bem retratado em Moção de Repúdio do Povo Guarani e Kaiowá ao I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas de 2015, entregue à comissão organizadora do evento:

Enquanto nós, Guarani e Kaiowá, enfrentamos um verdadeiro genocídio, marcado por ataques paramilitares, assassinatos, espancamentos, estupros e perseguição de nossas lideranças, o governo brasileiro debocha de tudo isso buscando criar folclore para distorcer a realidade e camuflar a real situação dos povos originários (CIMI, 2015).

Entrevistado 4

“Eu acho que existe um perigo muito grande de esse evento ser instrumentalizado para obscurecer a realidade de violência que os povos indígenas têm enfrentado, assim, né? Isso também o movimento indígena falou, vários povos falaram, inclusive os Guarani-kaiowa, que estão na situação mais dramática hoje, foi uma das comunidades que manifestou repúdio etc. Porque é isso, é uma visibilidade internacional de um ambiente de paz, de confraternização, que a gente sabe que é, que não existe no Brasil, em relação aos povos indígenas. O que eu acho que pode ser de negativo é isso, é de ser mascarada alguma coisa nesta celebração, assim como foi na Copa do Mundo e vários outros eventos.”

Muitos povos pensaram exatamente nesta contradição e se recusaram a participar dos jogos. Os indígenas da etnia Krahô, do Tocantins, foram os primeiros a comunicar a não participação nos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. A informação foi confirmada por meio do ofício de nº 03/2015, encaminhado ao articulador dos JMPI, Carlos Terena, informando a decisão da União dos

Caciques Krahô. Segundo o site Conexão Tocantins, os caciques justificaram que a organização do evento não respeita o povo indígena e ainda que os organizadores do evento usam o nome e a imagem do povo indígena para se promover.

A visão desses povos contra os jogos está bem resumida nas palavras do professor Renato, representante da etnia Yahe Krahô:

Com esses jogos, nosso povo não será beneficiado em nada. Na verdade, quem vai ser beneficiado é a cidade de Palmas, restaurantes, hotelarias, comércio, bares, enquanto o nosso povo não terá nenhuma perspectiva após os jogos (RODRIGUES, 2015)⁵.

Assim como os Krahôs, os Apinajés também não participaram dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. O secretário da associação União dos Apinajés, do Tocantins, Antônio Veríssimo Apinajé, confirmou em entrevista ao site Conexão Tocantins, no dia 23 de setembro de 2015, que a etnia também não participaria dos JMPI:

Decidimos que não tem sentido participarmos de um evento destes na situação que as terras indígenas estão hoje: nem sequer monitoradas, nem sequer fiscalizadas, sendo invadidas! Como é que o governo vai gastar milhões em um evento destes? Em um evento midiático, porque para a mídia vai ser bom, vai ser uma coisa extraordinária, agora, eu quero saber se eles vão visitar aldeias, visitar para

⁵ Disponível em: <http://conexaoto.com.br/2015/09/14/apos-decisao-do-povo-kraho-em-nao-participar-do-jmi-apinajes-sao-convidados-e-aceitam-comite-intertribal-diz-nao-haver-impasse>. Acesso em: 13 fev. 2017.

saber o que está acontecendo lá de fato, verificar a verdade (RODRIGUES, 2015)⁶.

De fato, esta é uma questão importante a ser debatida e entendida, mas, a meu ver, os JMPI parecem ser uma excelente oportunidade de empoderamento destes povos através de apropriação cultural e debate, pois o espaço oportuniza encontros para a verbalização das demandas dos diferentes povos e ainda apresentam caráter de exposição mundial para a busca do necessário apoio social.

Para além das intenções dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, pensadas inicialmente de aproximar a comunidade global da realidade indígena e de congregar os povos indígenas do mundo todo, percebo estes jogos como possibilidade para os indígenas se valorizarem nas trocas e demonstrações da riqueza de suas culturas, cada povo com suas especificidades, porém, se entendendo como algo maior que suas identidades particulares, se orgulhando de sua condição indígena.

⁶ Disponível em: <http://conexaoto.com.br/2015/09/14/apos-decisao-do-povo-kraho-em-nao-participar-do-jmi-apinajes-sao-convidados-e-aceitam-comite-intertribal-diz-nao-haver-impasse>. Acesso em: 13 fev. 2017.

Referências

- COHN, C. Tutela nunca mais. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ministério da Educação, PNBE Periódicos, ano 8, n.9, abril, 2013.
- FREIRE, J. R. B. Cinco ideias equivocadas sobre os índios. In: **Educação, cultura e relações interétnicas**/Ahyas Siss, Aloisio Jorge de Jesus Monteiro (orgs.); Amparo Villa Cupolillo...[et al.]- Rio de Janeiro: Quartet: EDUR, 2009.
- MORIN, E. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- NAUDASCHER, M. **Les brésiliens**. Paris: HD Ateliers Henry Dougier, 2014.
- RODRIGUES, N. Após decisão do povo Krahô em não participar dos JMPI, Apinajés são convidados e aceitam. Comitê intertribal diz não haver impasse. *Conexaoto.com.br*, Tocantins, 14 set. 2015. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2015/09/14/apos-decisao-do-povo-kraho-em-nao-participar-do-jmi-apinajes-sao-convidados-e-aceitam-comite-intertribal-diz-nao-haver-impasse>>. Acesso em: 13 fev. 2017.
- SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Manual da Dissertação**. Florianópolis, 2001.
- IX JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS - Parte 1. Direção: Ronaldo Duque. Produção: Fantasias Luminosas. Brasília: Ministério da Cultura e Ministério do Esporte, 2008. Documentário em DVD. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6U9Ct_9nMXw>. Acesso em: 13 fev. 2017.
- IX JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS - Parte 2. Direção: Ronaldo Duque. Produção: Fantasias Luminosas. Brasília: Ministério da Cultura e Ministério do Esporte, 2008. Documentário em DVD. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KZW0OUfAS70>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Moção de repúdio dos povos Guarani – Kaiowá ao I jogos mundiais dos povos indígenas. Disponível em: <repúdiohttp://www.cimi.org.br/File/Mocao%20Guarani-Kaiowa.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2017.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Os Jogos Indígenas serão uma grande celebração para tornar a vida dessas etnias mais acessível aos programas do governo. Disponível em:<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=4176>. Acesso em: 13 fev. 2017.

Capítulo V

Independência ou morte

Allan Lopes
Felipe da Silva Triani
Simone Freitas Chaves
Jorge Felipe Columá

A capoeira pode ser encarada como uma manifestação cultural que nasce no Brasil, a partir do processo de aculturação de diferentes etnias africanas, somadas aos fadistas lusitanos e indígenas que, segundo diferentes pesquisadores, compõem uma verdadeira gama de hipóteses para o surgimento da modalidade (Columá, 2012). A capoeira possui movimentos complexos, de baixa, média e alta treinabilidade, envolvendo também a musicalidade, religiosidade e até mesmo algum tipo de ideologia.

Sua presença está manifesta em diversos momentos no cotidiano das pessoas. Podemos ver as aulas de capoeira ministradas por mestres, contramestres, professores e alunos sendo realizadas em escolas, universidades, clubes, academias e outros espaços apropriados para a prática. Além disso, também é possível encontrá-la em espetáculos artísticos de maneira pública e popular (Mello, 2002).

Segundo Columá (2012), uma das principais diferenças da capoeira para outras modalidades desportivas ou de luta é a musicalidade, pois em suas rodas é possível ouvir diversas cantigas entoadas, remetendo a um passado imemorial e que se perpetua ao longo dos tempos.

De acordo com Frigério (1989), devido às suas particularidades e características, a capoeira pode se dividir em várias categorias, como: arte, dança, luta (ou arte

marcial), jogo e desporto. Nesse sentido, é comum ouvirmos e vermos, no senso comum, a capoeira ser categorizada de diferentes formas, ou seja, pode emergir como um esporte, uma luta ou outras formas de manifestação que variam de acordo com os grupos sociais.

Podemos pressupor que em pesquisas acadêmicas essa diversidade não seja diferente, afinal, em que ponto se distancia o dito pensamento científico do senso comum? Será que em artigos científicos façam discussão dessa modalidade? Existe uma predominância de sentido sobre a capoeira? Se ela se enquadra como jogo, arte, esporte ou luta? Ou, como costumam chamar alguns de seus estudiosos, é híbrida ou multifacetada? Nesta perspectiva, a presente pesquisa pretendeu investigar, no âmbito da **Revista Movimento** (UFRGS), sob qual faceta a capoeira é abordada e/ou para que perspectiva as pesquisas apontam.

A pesquisa realizada foi do tipo qualitativo, de cunho bibliográfico (Novikoff, 2010), a partir das produções sobre “Capoeira” presentes no âmbito da **Revista Movimento**. O critério de inclusão foi que os artigos fizessem discussão sobre a forma de identificação da capoeira, isto é, sob as facetas como o jogo, luta, manifestação cultural, esporte ou outros.

O recorte epistemológico permitiu identificar cinco artigos conforme pressupostos supracitados. São eles: Alves (2013), Palma e Felipe (1999), Da Cunha e outros (2014), Mwewa (2011) e Simões (2000). Todos os artigos foram analisados à luz da análise de conteúdo (Bardin, 2011), sendo assim, a faceta atribuída à capoeira foi categorizada.

Portanto, a busca dos artigos selecionados se deu a partir do termo “capoeira”. Feito isso, foi realizada leitura dos títulos e resumos dos artigos, buscando utilizar

apenas aquelas que condizem com a temática proposta e atendiam ao critério de inclusão. Então, no centro dos resultados dessa pesquisa, os títulos dos artigos são apresentados como subtítulos e sintetizados a partir da abordagem da capoeira acerca de suas facetas.

A capoeira não possui muitas evidências sobre sua gênese no Brasil. Seus rituais e ensinamentos foram passados entre gerações, predominantemente de maneira oral, até o século XIX, porém, com forte manutenção da tradição pelos seus adeptos (Moreira; Moreira, 2007).

Os primeiros indícios emergem no período colonial, com os negros escravos que vieram nas embarcações dos estrangeiros. Os capoeiras usavam seu corpo como "arma" para autodefesa. Devido à falta de posições concretas sobre o assunto entre os séculos XVI e XVIII, não é possível ter a precisão de quando a capoeira migrou do campo para a cidade (Moreira; Moreira, 2007).

Durante o século XIX e início do XX era possível ver a capoeira nas ruas do país. No entanto, aos olhos da sociedade em geral, era negativa, até à década de 30 do século passado (Pires, 2001). Em 1934, Getúlio Vargas retira a capoeira e o candomblé do Código Penal Brasileiro, confiando na sua naturalidade e posicionamento positivo no contexto social, adquirindo, assim, maior controle governamental, pois sua reivindicação era que esses atos fossem organizados em ambientes fechados e voltados totalmente para o seu culto (Moreira; Moreira, 2007).

Na década de 30 e 40, alguns autores como Edson Carneiro, Arthur Ramos e Gilberto Freyre começaram a estudar sobre tradições culturais e, adentrando ao estudo da capoeira, colocaram-na relacionada ao conceito de cultura popular, que, de acordo com Pires (2001), é um conjunto de fatores que levam o tema conceituado a possuir as características do lugar onde está sendo visto

e marcam aquele momento histórico na sociedade, gerando transformações e/ou ressignificações.

Nessa mesma perspectiva, os estados do Rio de Janeiro e da Bahia foram os principais lugares em que a capoeira ganhou força e grande visibilidade social. Sendo, então, a partir do século XX, que começa a ser estudada mais a fundo e inserida em algumas categorias como esporte e folclore. Nesse contexto, inicia seu significado ambíguo e a problematização de encaixar ou não sua prática no cenário cultural brasileiro (Pires, 2001).

Um estudo recente (Pires, 2001) analisou a capoeira 'regional' e a capoeira 'angola', criadas respectivamente pelos mestres Bimba e Pastinha no meado do século XX. Segundo o autor, mestre Bimba optou por modernizar a modalidade, aderindo aos movimentos de outras atividades esportivas ocidentais, como o jiu-jitsu, luta greco-romana e outras, "embranquecendo" a capoeira e liderando o movimento regional. Em contrapartida, mestre Pastinha manteve as tradições e liderou o Movimento da Capoeira Angola, defendendo o resgate da ancestralidade africana, onde o jogo era simbólico e subjetivo, com lealdade aos seus companheiros, misticismo e obediência às regras (Pires, 2002, Moreira; Moreira, 2007; Vidor; Reis, 2013).

Aproximadamente em 1960, a capoeira começa seus primeiros vestígios de organização e regulamentação, gerando certa esportivização. Em 1968 e 1969 foram realizados os primeiros simpósios brasileiros de capoeira, em uma base da Força Aérea na cidade do Rio de Janeiro (Frigério, 1989).

A partir da década de 1970, em busca de um espaço mais livre, Falcão (2008) elucida que alguns capoeiras migraram para o exterior para melhores condições de sobrevivência, propagando, assim, a expansão da

modalidade em outros grupos e dando a condição de prática 'brasileiríssima'. Porém, a finalidade da capoeira outrora era diferente. Enquanto no começo do século XX no Rio de Janeiro se via pelo lado da baderna e brigas de rua, na Bahia existia uma relação amistosa com botecos e quitandas para atrair fregueses e também passar o tempo.

Os praticantes são outros. Antigamente, eram os carroceiros, carregadores, vendedores e até desempregados que a praticavam próximo aos bares e praças como atividade de lazer ou busca de espaço. Não obstante, hoje podemos ver ex-bancários, ex-metalúrgicos e outros utilizando-a como jogo, profissão ou sobrevivência. Além disso, há ainda o segmento jovem que tem uma visão futurista da capoeira, acreditando em possível avanço profissional, mesmo sendo difícil (Falcão, 2008).

Na sociedade do consumo, a capoeira novamente recebe uma ressignificação. Segundo Falcão (2008), a lógica empresarial está presente em muitos ambientes dos capoeiras, investindo nos seus estabelecimentos e/ou nos fatores que trazem os interessados pela prática e transformando os grupos em empresas.

Os grupos de capoeira vêm contribuindo para a consolidação de um "emergente" mercado capoeirano, seja por meio de aulas em academias de ginástica, seja mediante oficinas, cursos e "workshops" ministrados por mestres e professores, inserindo, cada vez mais, essa manifestação na lógica do mercado, que constitui a principal esfera de divulgação da capoeira em geral (Falcão, 2008, p. 65).

Com essa divulgação e massificação da modalidade, as entidades corporativas, como é o caso das federações e ligas, abrem os olhos e investem na organização e competitividade da capoeira, como a Associação Brasileira de Apoio e Desenvolvimento da Arte Capoeira (ABADA) e o MUZENZA. Nessa perspectiva de organização da capoeira, podemos ver a geração de dois aspectos: mercadorização e a esportivização, que tem em suas características a racionalização, a cientificação e a competição (Falcão, 2008).

Vamos adentrar o universo interno do jogo da capoeira. Numa roda de capoeira “não se canta por cantar: o canto tem sentido e significado”. Os alunos seguem os seus mestres em tudo que cantam e ensinam. Em um canto existem dois momentos: o primeiro se define quando o cantador puxa o canto e o segundo é o refrão, quando todos os participantes cantam juntos. Existe também a ladainha, canto que abre a roda e que se refere à história do povo brasileiro, dos capoeiras passados, mestres e tradições culturais. Nesses momentos, todos os alunos ficam entretidos com as letras musicais e conhecimentos passados, porque é neles que a cultura se fortalece e se mantém para outras gerações (Júnior, 2004).

Ao longo dos anos, a capoeira sofreu diversas ressignificações, tornando-se, assim, multifacetada, pelas diversas categorias que a contém, a saber: luta, jogo, dança, esporte e outras (Jaqueira, 2012). A regulamentação da capoeira é sinônimo de desportivizar a prática, criando-se assim espaços apropriados, tempo de atividade e organização das “aulas”, igualdade nas oportunidades para qualquer praticante, manter a lealdade e obediência às regras.

Jaqueira (2012) cita que a capoeira é uma atividade

de “múltiplas transformações”, obtendo diversas categorias em sua significação, gerando, assim, possíveis divergências entre mestres e praticantes antigos com os novos e também com o governo, para aprovação de projetos e leis a favor ou contra.

Mestre Bimba gerou algumas discussões acerca de regulamentar e desportivizar a capoeira. Jaqueira (2012) diz que essa ação delimitaria a prática da modalidade, havendo um possível regramento das movimentações para deixar de ser algo talvez violento para se tornar aceitável socialmente. Assim, não seria mais voltada para alguns indivíduos e se tornaria controlada pelas instituições governamentais.

Após muitas discussões nos simpósios realizados na década de 1960, em 1973 com relação ao “reconhecimento da capoeira como desporto” foram apresentadas normas de orientação aprovadas para as competições da modalidade em todo o território nacional neste mesmo ano (Jaqueira, 2012).

O regulamento determina a ‘estrutura do desporto’, com regras que são classificadas com seus aspectos formais com:

[...] características e dimensões do espaço de jogo; descrição dos materiais complementares que se usam em jogo; número de jogadores que participam do jogo e forma como eles podem intervir no mesmo; forma de pontuar e como ganhar ou perder; tempo total de jogo, divisão e controle do mesmo; ritos e protocolos. Também são considerados aspectos da ação de jogo: formas de utilizar os implementos, quando existirem; formas de participação de cada jogador e relação com seus companheiros, quando existirem; formas de relacionar-se com os adversários, quando

existirem; formas de utilizar o espaço de jogo; penalizações às infrações da regra (Jaqueira, 2012, p.18).

Mesmo com o projeto de regulamentação, nos 'centros de treinamento' da capoeira do Mestre Bimba, as regras ficavam nas paredes do estabelecimento, mas não interferiam na ação motora do jogo em si já aprendido, contrariando o ambiente do combate, onde existiam regras claras, obrigações e proibições com relação aos atos motores e condutas sociais.

O projeto de Lei Mestre Gavião de número 2858 de 2008 entra no meio político para legitimar a prática. De acordo com esse projeto, a profissão é regulamentada se encaixada no quesito luta e esporte. Nesses quesitos ela é considerada como atividade física e desportiva, possivelmente sendo exercida de maneira lúdica, amadora e profissional. Sendo ainda o 12 de setembro comemorado o dia do capoeirista.

No âmbito do projeto, os órgãos públicos têm o dever de promover atividades sociais que falem e busquem conhecimentos sobre a capoeira e suas tradições culturais. Assim como as entidades privadas também tem o poder de investir seus recursos na modalidade, a fim de promover seu histórico. Em 2014, no senado, o projeto que visava à profissionalização da capoeira obteve algumas divergências com seus princípios, uma vez que, o projeto 31 de 2009 reduzia a prática cultural complexa a um esporte, gerando um modelo de organização na modalidade, que pode ocasionar na exclusão de mestres formados por tradição e reconhecimento dos praticantes (Jornal do Senado, 2014).

A regulamentação da capoeira só seria legitimada reconhecendo-a como atividade multidimensional, isto

é: luta, dança e arte. Além de ser um fator de socialização, criação de identidade e transmissão de memória ancestral. No sistema sugerido, os mestres deverão ser filiados por um conselho, o que houve ponderação sobre questões de valores que deveriam ter uma parte destinada à atual federação.

A Confederação Brasileira de Capoeira (CBC) é a entidade nacional de administração da modalidade. Fundada em 23 de outubro de 1992, é reconhecida pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e filiada à Federação Internacional de Capoeira, representando os capoeiristas do Brasil (COB, 2015).

A EXPERIÊNCIA DA CAPOEIRA E A POBREZA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS DE ATIVIDADE FÍSICA

A capoeira aparece nesse estudo como resistência ao culto exagerado ao “corpo perfeito” que os meios midiáticos impõem sobre a população. Sua apropriação é como forma de lazer, algo que gera uma riqueza de emoções e mantém o lado da tradição sempre aflorado.

A capoeira, manifestação cultural nascida com os escravos no Brasil, é hoje uma das várias atividades físicas utilizadas pela população como forma de lazer. Este movimento folclórico, abrange, sem dúvida, vários significados, ora aparecendo como luta, ora como dança, ora como jogo, ou ainda como atividade desportivo competitiva. Contudo, parece estar perene uma sensação diferenciada em relação às outras formas de lazer. O capoeirista dá a impressão de existir num espaço que transcende a pura prática da atividade física em si (Palma; Felipe, 1999, p. 51).

A formação da identidade e do “ser social” está sempre presente no ambiente dos capoeiras. Os encontros são em grupo, o que favorece os laços afetivos e gera uma experiência e gama de informações auxiliadoras da formação de caráter do indivíduo devido as diferentes manifestações culturais presentes. Pois mesmo que sejam através de palmas, cantos ou da luta em si que pode até virar uma dança, a capoeira parece não excluir ninguém que está na roda.

A educação aparece como ponto importante, tendo em vista que as aulas de capoeira não são dadas somente pela prática. Seus ensinamentos de vida, das tradições de seus antigos e novos mestres são parte da essência do capoeirista que aprende e do que ensina.

Todos esses fatores geram a componente da ‘excitação’. O toque do berimbau, as rodas cheias de ginga, o misticismo das suas tradições e histórias contadas. Tudo isso gera um excitante e envolvente momento, que se torna único e indescritível para os que se arrepiam com a capoeira.

É o jogo, como ensina Caillois (1958), em suas dimensões de competitividade (*agôn*), da sorte (*alea*), do simulacro (*mimicry*) e da vertigem (*ilinx*). Ao capoeirista é dado a possibilidade de competir e exercer suas habilidades (Palma; Felipe, 1999, p. 55).

A capoeira aparece como jogo e esporte a partir do momento em que segue o lado da luta competitiva. Para alguns, é extremamente valioso mostrar aquilo que aprendeu e ser premiado. Aprimorar suas técnicas e treinar muito para se tornar um dos melhores na prática e na ginga da capoeira também é uma motivação de muitos.

A capoeira se tornou uma modalidade multifacetada,

porém, considerada como uma manifestação cultural. Sua prática vai além do simples jogar capoeira, indo para um mundo transcendente. Deixa de ser apenas uma atividade para se tornar um estilo de existência, possuir ideais e ser uma forma de lazer e libertação.

CAPOEIRA: A MEMÓRIA SOCIAL CONSTRUÍDA POR MEIO DO CORPO

O artigo enfatizou o fator memorial que a capoeira possui. Levou o tema mais voltado para a categoria de “Manifestação Cultural”, envolvendo todas as memórias históricas que seus antepassados negros escravos da época colonial trouxeram para o Brasil.

Segundo os autores, “a capoeira, portanto, pode ser observada como estrutura que exemplifica bem os processos de organização das memórias e da legitimação social por meio de um universo gestual e cênico” (Da Cunha *et al.*, 2014, p. 737). A capoeira possui importante participação na cultura popular brasileira e mundial, sendo considerada como um “fenômeno popular cultural internacional”. A capoeira traz um grande apelo pela busca das suas origens e memórias passadas.

No ambiente da capoeiragem, mais do que na maioria das outras manifestações culturais, seus praticantes realizam essa busca de maneira ímpar, por meio de uma procura infundável pelo conhecimento de sua origem e de sua história. Há um respeito admirável aos patronos da modalidade e aqueles que receberam a transmissão direta dos conhecimentos, sem falar dos grandes nomes imortalizados nas cantigas (Da Cunha *et al.*, 2014, p. 737).

Pela sua história, a capoeira se torna uma manifestação afrobrasileira que remete de maneira primordial à busca pelos seus antepassados e à manutenção das tradições, aliada à prática como luta, esporte ou jogo, mas também como uma formação de identidade por parte de seus praticantes.

Os autores insistiram na questão da identidade pluralizada envolvendo facetas voltadas para o esporte, luta, jogo, arte marcial, dança, arte ou expressão artística e também o meio acadêmico, que vem evoluindo bastante para essa perspectiva multifacetada da capoeira.

A capoeira era identificada como “prática marginalizada” e até uma “doença moral”. Com o tempo, devido aos aprofundamentos nos seus históricos e com os mestres que entraram em ascensão, a capoeira começou a ter uma melhor visibilidade social. Assim, como uma Manifestação Cultural, esteve presente no âmbito da Educação como forma de estudo, da Educação Física e sua relação com a ginástica e seus moldes ginásticos e militares e também a esportivização, gerando uma abrangência nacional da modalidade.

A capoeira trilhou vários caminhos e hoje é aceita como um fenômeno internacional, não somente por meio de suas práxis, mas também pelas suas múltiplas possibilidades de estudo, interpretação e pesquisa que atingiram não somente o Brasil como o mundo (Da Cunha et al., 2014, p. 751).

INCONFORMAÇÃO, CONFORMAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO NO JOGO DA CAPOEIRA: PISTAS PARA PENSAR O PROCESSO EDUCATIVO

O trabalho em tela expressa que no século XIX a capoeira era vista de maneira marginalizada. Os Feitores

tinham superioridade sobre seus escravos - que eram os praticantes da modalidade. Os atos de humilhação e massacre eram constantes e de muita revolta dos negros africanos que ficavam sob dominação absoluta.

A capoeira era uma forma de sobrevivência perante tanta dominação. Era o método de contrapor o sistema e se libertar, mesmo que por um momento, onde era jogada nas praças, prisões e outros ambientes. Isso garantia que os escravos não fossem massacrados com facilidade.

Mesmo assim, os capoeiras que atingiram um status social e foram para a Guerra do Paraguai, por exemplo, não se livraram do poderio dos senhores, o que gerava mais motivação ainda em dominar seus escravos.

Pelo princípio de liberdade que a capoeira tinha e ainda por si só gerava um bem-estar em quem a praticava, existia a vontade de legitimar tal prática, retirando o status de criminalização. A Educação, o meio acadêmico e universitário, entraram como formas de estudar possíveis soluções para tornar a imagem dessa Manifestação Cultural positiva perante a sociedade. Assim, a capoeira foi enquadrada em cultura popular, cultura afro-brasileira e até mesmo Patrimônio Imaterial da sociedade brasileira e da humanidade.

Hoje, a capoeira é vista com outros olhos, mesmo que seu passado turbulento não tenha sido esquecido. Mwewa (2011) aponta que:

O fato de ter sido criminalizada outrora não extinguiu a sua prática naquele contexto tampouco posteriormente. Ao contrário fez com que, na contemporaneidade, adentrasse em ambientes frequentados pelas camadas sociais mais abastadas do ponto de vista econômico; estar presente em instituições escolares, inclusive em universidades; e ainda

ser considerada o patrimônio imaterial da sociedade brasileira, quiçá da humanidade, visto que a mesma é praticada em mais de 148 países (Mwewa, 2011, p. 229).

A luta de muitos capoeiras não foi em vão. A modalidade começou seu processo de legitimação e aceitação pela outra “camada social” que envolvia maioria branca e financeiramente mais favorecida. O objetivo era perder o status de marginalidade e também da escravização, sendo uma prática não ofensiva e bem aceita socialmente.

Portanto, o fato de ser relacionada como uma manifestação cultural, pode ter tornado a capoeira uma ferramenta de formação de identidade, já que mesmo com suas múltiplas definições e usabilidades, a capoeira pressupõe um espírito de luta e liberdade por causas nobres de seus antepassados, gerando bons ensinamentos tanto físicos como pelo lado cidadão.

CAPOEIRA E ESCRAVIDÃO: MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA VERSUS SUBMISSÃO

Os primeiros capoeiras vindos para o Brasil tinham descendência africana e vieram como escravos na época colonial. Os senhores, “donos” dos escravos, usavam do cristianismo para atingir seus escravos da maneira que eles queriam e manter assim o sistema escravocrata de submissão.

A dominação absoluta gerava certa revolta por parte dos submissos, que utilizavam a capoeira como forma de resistência ao poder dos senhores, mas também como forma de libertação e lazer pelos momentos difíceis.

A mulher tinha papel importante no jogo da capoeira.

Suas orações e pedidos eram primordiais para um bom ambiente. Os capoeiristas inclusive pediam conselhos às mães de santo para que corresse tudo bem ou saber como se portar perante alguma situação. Isso era citado pelo autor como ter o “corpo fechado”, ou seja, estar protegido pela evocação dos santos do cristianismo e orixás do candomblé, por exemplo.

Isso era mais um fator que relacionava a capoeira com o candomblé, que também tinha conexões relacionadas a parentes, casas e ambientes de candomblé e a própria cultura africana, advinda com os escravos e, conseqüentemente, gerando uma cultura afro-brasileira.

A resistência não veio somente por parte dos escravos para com seus senhores. A prática da capoeira, por ser criminalizada pela sociedade branca, era punida pelos policiais com atos de humilhação e massacre. Os negros acabaram optando por uma forma disfarçada da capoeira, onde “a capoeira era jogada, era divertimento, mas era luta também e servia como treinamento, mas é claro que, na presença súbita de algum branco, eles disfarçavam a sua poderosa arma em brincadeira ou dança”.

A certa acomodação em não sofrer com humilhações acabou se tornando uma necessidade de lutar pelo seu espaço dentro da sociedade. A capoeira então passa a ser vista com uma luta propriamente dita. A utilização de suas habilidades não era voltada somente para o lado do jogo, ou artístico, ou de lazer, por exemplo. A vontade a partir daí era de usar a capoeira como sua forma de defesa, mas também de ataque perante a total submissão que os negros escravos tinham perante os senhores. E a luta não bastou somente no lado físico. O cristianismo, que era utilizado para envolver os subordinados à cultura religiosa que os brancos pregavam, também foi combatida como forma de lutar pela liberdade de

escolher qual religião seguir. Sendo assim, o autor finaliza bem esse levantamento de tanta pressão sofrida pelos capoeiras daquela época, que mesmo sendo a cerca de 500 anos atrás, perdura em algumas camadas da sociedade até os dias atuais.

Diante deste “impasse” originário de várias formas de pressão psicológica (a escravidão é um exemplo) por parte da classe dominante, não poderíamos esperar que houvesse a predominância de insurreições ou qualquer tipo de movimento de resistência, pois, os oprimidos, até os dias atuais são induzidos a um sentimento de inferioridade e de servidão, surgido muitas vezes de preconceitos raciais, ideológicos, culturais etc. que tiram a coragem e a força dos oprimidos. E o que fazer com as injustiças? São tantos “seres humanos” neste mundo e, consecutivamente, são tantos interesses diversos que até os mais fortes e mais justos têm seus momentos de crise e de fraqueza (Simões, 2000, p. 31).

O ENCONTRO COM A CAPOEIRA NO TEMPO DA VADIAÇÃO

Para o autor dessa pesquisa, adentrar na “onda da vadiação” na capoeira significa se deixar levar pelo clima de brincadeira que se instala na roda. Mas também saber quão foi difícil para a capoeira ser aceita na sociedade. Assim, a capoeira não é para qualquer pessoa, mas para aquele que aceita conviver com a dureza, sem a qual não se entende a fundo essa prática.

No jogo da capoeira, é essencial possuir a ginga, que nada mais é do que o ato de executar os passos com habilidade e peso corporal ideal dentro da roda. A ginga

é relacionada com a vivência do capoeirista, onde o indivíduo joga com as possibilidades que lhe cabem, criando vida, mercado e consumo, ou seja, a ginga que gera habilidade e liberdade de movimentos também se associa ao fato de saber lidar com naturalidade os problemas da vida.

O jogo da capoeira também é relacionado como um treinamento, preparação física e esportivização. Sendo assim, inscrevem-se nestas propostas duas práticas de cultivo: o treino como preparação física e o treino como convivência e cultivo na e da tradição. Essas ramificações geram duas linhas de pensamentos chamadas de Capoeira Angola e Regional.

Na Regional, os hábitos costumam ser pluralizados, pois cada mestre ensina de uma forma. Baseiam-se em mestres como Bimba e Pastinha, mas deixam as aulas mais livres para gerar a possibilidade de cada um adquirir sua ginga própria e se sentir livre para experimentar a prática da capoeira como um todo. A repetição sob os domínios da memória inventiva gera uma ressignificação no ato de repetir os movimentos, gerando uma força desviante que promove novas movimentações e conexões.

A fala do Mestre inspira pensar que a vivência é o meio a partir do qual o capoeirista pode experimentar este escape à reconhecimento, pois ao vivenciar, o capoeirista não se dedica apenas à ordem disciplinar imposta no treino físico, mas também se depara com a vadiagem, o aprendizado da dissimulação, da malícia, o momento ritual do jogo, no qual experimenta a possibilidade de expansão dos sentidos, liberando-se do controle consciente sobre a performance sensório-motora (Alves, 2013, p. 290).

Na capoeira Angola, se inscreve um exercício de cultivo na e da tradição. Os mestres antigos passavam os golpes sem muita didática, falavam que iam fazer uma 'meia-lua-de-frente', por exemplo, e o aluno tinha que reagir espontaneamente. Gerando, assim, a sensação de imprevisibilidade e independência para ter a experiência de aprender o que seria melhor para ele. Então, o ensinamento das tradições era primordial.

O 'se virar', como o autor cita muitas vezes, tem seu lado negativo e positivo. Cada mestre passa de um jeito, mas o mestre que coloca o aluno para 'se virar' sem alguma explicação ou sentido aparente não estará gerando nada além de uma sistematização de movimentos. Esse ato de 'se virar' seria ideal quando o mestre coloca o aluno em situação de 'risco calculado', onde ele deve saber como proceder para se livrar da situação, seja ela dentro da roda e do jogo em si ou na vida externa à capoeira.

A capoeira no Brasil é um fenômeno oriundo da união das culturas africanas e brasileiras ou afro-brasileiras. Isso foi possível devido à chegada dos escravos negros africanos, na época colonial. Os primeiros passos da capoeira foram dados como forma de libertação e resistência perante a dominação dos senhores. Isso era um meio de sobrevivência psicológica diante da situação de submissão.

A capoeira remete ao lado da vadiagem, que dentro do meio capoeirístico entende-se como o fato de deixar se levar pela musicalidade, pela ginga e inclusão de qualquer participante dentro das rodas.

Devido à luta contra o preconceito e a busca pela legitimação que diversos mestres como Bimba e Pastinha tiveram, atualmente essa modalidade pode ser vista em diversos ambientes, a saber: academias, salas de dança, escolas, ambientes próprios para a prática e até mesmo relacionada com religiões como o candomblé.

Na atualidade, atrelar tal atividade como uma atividade física é normal. Porém, ela pode ir mais além. A educação física é um campo de estudo e de prática da capoeira, podendo levá-la também como um treino ostensivo, uma atividade com alta performance, competições e gerar assim uma esportivização da modalidade. Mas a brincadeira e o lado musical tornam essa prática lúdica e divertida, conseguindo atingir públicos de todas as idades, sendo uma ótima forma de lazer. Então, de acordo com a pesquisa realizada, foi possível perceber que mesmo com a diversidade de categorias que a capoeira abrange, considerando as três identificadas nesse estudo, as mais recorrentes são: Jogo, Manifestação Cultural e Luta.

Os estudos de Alves (2013), Palma e Felipe (1999) foram os que mais enfatizaram a capoeira como jogo. Essa categoria foi citada muitas vezes nos artigos analisados, mas nem sempre como a palavra em si, mas com palavras derivadas como “jogar” e “jogadores”, simbolizando o ato de praticar a modalidade e os próprios capoeiras.

A segunda categoria mais enfática foi a “Manifestação Cultural”, especialmente citada por Da Cunha e outros (2014), e Mwewa (2011). Quase todos os autores pesquisados relacionaram, nem que tenha sido uma vez, a capoeira como tal definição, algo que, de fato, une praticamente todas as outras como se fosse um fenômeno multicultural. A capoeira foi vista em alguns artigos como uma luta, mais especificamente em Simões (2000). No entanto, não somente como uma luta de defesa ou ataque, mas como um jeito de lutar contra o preconceito, contra a submissão de escravos e lutar por ideais construídos por antigos mestres e que perduram até os dias atuais.

Sendo assim, essa manifestação cultural se tornou uma prática com definição pluralizada, com ênfase nas

três categorias citadas acima. Nesse sentido, embora se tenha essa múltipla identidade, a capoeira é uma atividade que envolve muito mais do que o “jogo jogado”. Ela envolve o lado transcendente dos capoeiras, transformando-se num estilo de vida e um exercício da existência, unindo os fatores corporal, memorial e histórico.

Referências

ALVES, F. S. **O encontro com a capoeira no tempo da vadição.** Movimento (ESEF/UFRGS), v. 19, n. 2, p. 277-300, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Jornal do Senado, Senado Federal. Reprodução automatizada mediante citação do Jornal do Senado de 08/05/2014. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2014/05/08/projeto-que-reconhececapoeira-como-profissao-e-questionado>>. Acesso em: jun. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2858/2008. Autor: Carlos Zattini. República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/898723.pdf>>. Acesso em: jun. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=383757>>. Acesso em: jun. 2015.

- COB. Comitê Olímpico Brasileiro. Confederação Brasileira de Capoeira. Disponível em: <<http://www.cob.org.br/confederacoes-brasileiras/confederacao-brasileira-decapoeira>>. Acesso em: jun. 2015.
- COLUMÁ, J. F. **Arte, magia e malandragem: O imaginário cantando nas rodas de capoeira**. Editora Nitpress, 2012.
- DA CUNHA, I. M. C. F. et al. Capoeira: a memória social construída por meio do corpo. Movimento (ESEF/UFRGS), v. 20, n. 2, p. 735-755, 2014.
- FALCÃO, J. L. C. O jogo da capoeira em jogo. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 27, n. 2, 2008. Disponível em: <<https://rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/viewFile/88/95>>. Jun. 2015.
- FRIGERIO, A. Capoeira: de arte negra ao esporte branco. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 4, n. 10, p. 85-98, 1989. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_05>. Acesso em: jun. 2015.
- JAQUEIRA, A. R. F.; ARAÚJO, P. C.. Análise comparativa das propostas cariocas e baiana para a regulamentação desportiva da capoeira (1968). Revista de Artes Marciales Asiáticas. v. 7, n. 2, p. 12-26, 2012.
- JAQUEIRA, A. R. F. Fundamentos histórico-sociais do processo de desportivização e de regulamentação desportiva da Capoeira. 2010. . 400f. Tese (Doutorado em Ciências da Atividade Física)-FCDEF-UC, Coimbra, 2010.
- JÚNIOR, L. V. C. Capoeira angola: olhares e toques cruzados entre historicidade e ancestralidade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. v. 25, n. 2, 2004.
- MELLO, A. S. A história da capoeira: pressuposto para uma abordagem na perspectiva da cultura corporal. In: VIII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança. 2002. Disponível Em: <http://www.oocities.org/br/capoeiranomade/A_historia_da_capoeira_na_perspectiva_da_cultura_corporal-Andre_Mello.pdf>. Acesso em: jun. 2016.

- MOREIRA, R.; MOREIRA, N. Capoeira: sua origem e sua inserção no contexto escolar. *Lecturas, Educación Física y Deportes, Revista Digital*. n. 114, p. 27, 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd114/capoeira-sua-origem-e-suainsercao-no-contexto-escolar.html>>. Acesso em: jun. 2016.
- MWEWA, C. M. Inconformação, conformação e formação do corpo no jogo da capoeira: pistas para pensar o processo educativo. *Movimento (ESEF/UFRGS)*, v. 17, n. 3, p. 215-232, 2011.
- PALMA, A.; FELIPE, J. A experiência da capoeira e a pobreza da educação física: uma reflexão sobre as práticas de atividade física. *Movimento (ESEF/UFRGS)*, v. 5, n. 10, p. 51-57, 1999.
- PIRES, A. L. C. S. *Movimentos da Cultura Afro-Brasileira - A formação histórica da Capoeira Contemporânea 1890 - 1950*. Tese de doutorado apresentada a Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP São Paulo. Campinas - SP, Abril de 2001.
- SIMÕES, R. M. A. Capoeira e escravidão: movimento de resistência versus submissão. *Movimento (ESEF/UFRGS)*, v. 6, n. 13, p. 26-31, 2000.
- VIDOR, E.; REIS, L. V. S. **Capoeira: uma herança cultural afro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2013.

Capítulo VI

Meu coração é novo

Luiz Felipe Roque da Silva
Cátia Malachias Silva Crelier
Raphael Almeida Silva Soares
Aroldo Evangelista da Silva Junior

A cada ano a imprensa noticia casos de intolerância no esporte e, normalmente, a vítima é um atleta negro que foi ofendido pela torcida ou por colegas de profissão. Também é comum o uso da comparação entre o macaco e o atleta negro, além de outros xingamentos.

Casos como o do goleiro Aranha, do Santos Futebol Clube, as atletas do vôlei Fabiana Claudino e Fernanda Isis, se repetem; entretanto, a novidade é a judicialização deste fenômeno. Esses casos tem sido tratados como injúria racial, apesar de existirem posições divergentes. Partindo deste ponto, pretendemos entender como a dicotomia existente entre injúria racial e crime de racismo se processa no sistema jurídico nacional, bem como analisar a relação étnico-racial em conflito na prática do desporto e, por fim, propor alternativas e ferramentas educacionais que possam ajudar a mitigar o desequilíbrio existente. Analisar estes acontecimentos do ponto de vista científico se faz necessário para que possamos entender como esse fenômeno se comporta.

Muitas vezes nos deparamos com situações que nos trazem grande desconforto e insatisfação, pois praticamos, sofremos ou de alguma forma participamos de atos que agridem frontalmente a honra subjetiva de um indivíduo e até mesmo de uma coletividade.

Não é de hoje que o ser humano usa de artifícios para humilhar e sobrepujar outrem na esperança vã de se sentir superior ao outro e manter seus privilégios ou mesmo enfraquecer o diferente, o oposto.

Segundo Cardoso (2010), “a branquitude acrítica sustenta que ser branco é uma condição especial, uma hierarquia obviamente superior a todos os não-brancos” (p. 611).

Podemos perceber no desenvolvimento da vida em sociedade que por advento da escravidão e da exclusão social o indivíduo negro sofreu e ainda sofre com ações praticadas por sujeitos que se autodeclaram brancos, ações essas que tanto podem ter o intuito de abalar sua honra subjetiva, como também podem tentar segregar a participação da coletividade negra em espaços sociais e de exercício de poder.

De acordo com Bertulio, (2001):

A História do Racismo nas Américas, que está intrinsecamente ligada com o regime da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de escravos, não pode deixar de ser trazida quando se pretende uma análise sobre o Racismo e seus nefastos desdobramentos (p. 5).

Temos presenciado diversos casos de racismo, nos estádios e arenas esportivas, dirigidos a determinados atletas profissionais por referência a sua cor da pele, entretanto, o racismo não é novo no mundo, muito menos no esporte, tendo em vista que atletas negros sempre foram ofendidos e segregados no desenvolvimento da prática desportiva.

Esse maléfico artifício pode ser denominado, em geral, como racismo, mas a legislação brasileira faz uma dicotomia entre racismo e injúria racial. Contudo, não podemos pensar que tal artifício é usado somente entre brancos e negros, entre cristãos e não cristãos, nacionais e não nacionais, devemos lembrar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi adotada pela

Organização das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, em seu artigo 2º prescreve que toda pessoa tem todos os direitos e liberdades garantidos, sem distinção de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de qualquer outra índole.

O primeiro diploma legal a regulamentar essa questão racial no Brasil foi a lei 1390/51, que leva o nome de seu idealizador, Afonso Arinos de Melo Franco, a Lei Afonso Arinos. Ela disciplinava os acontecimentos que tinham relação com as relações étnico-raciais. Como exemplo, trazemos os artigos 1º e 5º da referida lei:

1º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor;

5º Recusar inscrição de aluno em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros). (Brasil, 1951)

Contudo, podemos analisar que as penalidades eram muito brandas, típicas da contravenção penal, com a evolução da sociedade se tornava cada vez mais latente a demanda por mais liberdade.

Neste mesmo diapasão, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 5º, XLII estabelece o seguinte:

Art. 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (Brasil, 1988).

Ainda nesta esteira de raciocínio, o Brasil promulgou a lei nº 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, etnia, religião ou procedência nacional, bem como as penalidades a serem aplicadas.

Não obstante toda a legislação já mencionada, vale trazer luz ao Código Penal Brasileiro:

Art. 140, § 3º Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro: § 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem. Pena - reclusão de um a três anos e multa (Brasil, 1989).

Ao refletir sobre as questões levantadas, podemos perceber que a legislação da ONU se coaduna com a brasileira no combate ao racismo e discriminação de qualquer ordem.

A reflexão acerca do desenvolvimento do racismo no território nacional ultrapassa os séculos, enquanto a primeira lei que trata diretamente do assunto há pouco se tornou uma jovem sexagenária.

Como já destacado neste artigo, o sistema jurídico brasileiro faz diferenciação entre racismo e injúria racial, pois apesar de parecer a mesma coisa, deve-se levar em consideração a linha tênue que os difere, afinal, não é pelo fato do ornitorrinco ter bico que vamos chamá-lo de pato.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 5º, XLII, determina que crimes de racismo e discriminação sejam inafiançáveis e imprescritíveis, portanto, não cabe fiança nem prescreve pelo decurso do tempo.

A lei 7.716/89 define os crimes resultantes de preconceito e discriminação, bem como suas penalidades, enquanto o Código Penal Brasileiro, no artigo 140, § 3º, estipula que se a injúria consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem ou à condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, a pena de reclusão será de um a três anos e multa.

Em um olhar descompromissado, pode parecer que as três normas disciplinam o mesmo fato jurídico, entretanto, em um estudo mais aprofundado se percebe a existência de dois tipos de situações jurídicas diferentes. A primeira trata do crime de racismo previsto na lei 7.716/89, visto como uma ação discriminatória e impeditiva dirigida contra um grupo ou toda uma coletividade de indivíduos que se identificam por características de cor, sexo, religião e cultura, dentre outras. Abrangem um conceito mais amplo, é um crime inafiançável e imprescritível, de ação penal pública incondicionada, ou seja, o Estado não depende da representação do ofendido para investigar, processar e punir os racistas.

Portanto, temos como exemplo de racismo os crimes cibernéticos praticados por pessoas radicais que ofendem e promovem incitação à violência contra as mulheres, os judeus, os negros e outros grupos.

Também ocorre racismo quando se criam formas de impedimento ao acesso dos negros em local público partilhado por qualquer pessoa não negra, como também dificultar o acesso de um número indeterminado de

pessoas a serviços, empregos ou lugares, como cargos da administração pública, empresas privadas, estabelecimento comercial, hotéis ou estabelecimentos congêneres, restaurantes, bares, estabelecimentos esportivos, entre outros.

A segunda situação jurídica trata do crime definido no artigo 140 §3º do Código Penal, já que esta disciplina o crime de injúria racial visto como conduta de ofender, maltratar ou constranger uma pessoa utilizando elementos negativos relacionados à raça, cor, etnia, religião, origem, idade ou deficiência. É um crime contra a honra subjetiva da vítima, tem pena de reclusão de um a três anos e multa, além da pena correspondente à violência, para quem cometê-la, a ação é pública e condicionada à representação da vítima e prescreve em oito anos.

Nesta esteira de raciocínio, temos como exemplo xingamentos e palavras ofensivas dirigidas a um indivíduo fazendo uso de estereótipos negativos com o intuito de abalar o psicológico e constranger, como aconteceu no episódio em que torcedores do time do Grêmio, de Porto Alegre, insultaram um goleiro de raça negra o chamando de “macaco” durante o jogo. No caso, o Ministério Público entrou com uma ação no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), que aceitou a denúncia por injúria racial, aplicando, na ocasião, medidas cautelares como o impedimento dos acusados de frequentar estádios. Após um acordo no Foro Central de Porto Alegre, a ação por injúria foi suspensa.

Não raro, casos de ofensas de cunho racial atribuídas a atletas são veiculados pelas grandes mídias. Nos estádios de futebol, os casos são recorrentes. Mais recentemente, em outras modalidades como vôlei, tênis, ginástica artística, temos visto a questão racial vindo à tona por meio de palavras e ações de cunho depreciativo.

Parece-nos que os estádios e arenas esportivas são espaços onde há alguma condescendência em relação a este tipo de violência simbólica.

O esporte tem sido um grande propulsor social do indivíduo negro, porém, sua trajetória para se inserir neste universo é marcada pela ideologia racista, e esta se perpetua. Basta nos debruçarmos sobre alguns casos noticiados, como o da jogadora Fabiana, capitã da seleção feminina de vôlei e bicampeã olímpica, que foi chamada de 'macaca' por um torcedor durante uma partida da superliga, e da outra jogadora de vôlei, Fernanda Isis, que de igual modo foi agredida com o termo 'bunda de macaco'. Este tipo de ação gerou um *habitus* que se perpetua e naturaliza este tipo de agressão (Silva, 1998; Silva, 2002; Silva, 2005; Silva; Votre, 2006, Silva, 2007; Silva; Votre, 2012).

Para Coulon (2005), o *habitus* é um princípio silencioso de cooptação e reconhecimento que opera classificações (p. 13). Historicamente, a vinculação da figura do negro à figura do primata se reificou. Este processo, Bourdieu chama de Processo de Inculcação (Bourdieu; Passeron, 1970).

A representação do negro vinculado à figura do macaco está estabelecida como forma de desumanização, desclassificação e discriminação do indivíduo. Neste sentido, os casos de ofensa acima citados são caracterizados na legislação brasileira como injúria racial, que é crime.

Coelho (2010) se apropria dos conceitos de Bourdieu para compreender a questão das palavras enquanto formas de opressão e imposição:

O mundo social é um lugar de lutas a propósito de palavras que devem sua gravidade e às vezes

sua violência, ao fato de que as palavras fazem as coisas, em grande parte, e ao fato de que mudar as palavras e, em termos gerais, as representações “[...]” já é mudar as coisas (Coelho, 2010, p. 09).

Esses episódios que reforçam as palavras e, por conseguinte, as representações, são divulgados através das mídias e causam grande comoção coletiva, onde através de campanhas em redes sociais, muitas pessoas se solidarizam e se manifestam, repudiando este tipo de ação, mas nenhuma reflexão contundente se estabelece para atingir o cerne da questão.

No âmbito jurídico, não tomamos ciência dos caminhos que esses processos tomam quando são abertos. Qual tipo de consequência uma ação criminosa como as supracitadas trazem ao ofensor? Uma resposta satisfatória à sociedade civil seria uma maneira de reprimir tais práticas.

O esquecimento e a não discussão da temática geram um ambiente de permissividade e impunidade no que diz respeito a conflitos raciais no âmbito esportivo e perpetua o racismo no imaginário coletivo, influenciados ainda pelo famigerado mito da democracia racial.

Este mito, amplamente divulgado por Gilberto Freyre, é fundamentado na crença de que vivemos num paraíso racial, onde pessoas de todas as etnias “convivem em harmonia, sem diferenças, exclusão ou repressão” (Cavalleiro *et al.*, 2001, p. 46). Um assunto velho, não resolvido, que se recria e reinventa nos arranjos sociais.

A Ciência da Atividade Física, enquanto área de conhecimento, se encarrega de analisar, compreender e criticar os fatos e as linguagens que permeiam o mundo esportivo.

Como resposta à demanda do movimento negro, foi promulgada no ano de 2003 a lei 10639/03, que torna

obrigatório o ensino de cultura e história africana e afro-brasileira na educação básica em todas as áreas de conhecimento. Neste sentido, o ambiente escolar emerge como um espaço propício para discutir estes ataques de cunho discriminatório que estão engendrados no universo do esporte. Coelho, (2008) diz:

Consideramos a Escola como o espaço no qual estereótipos, preconceitos, e práticas discriminatórias são desconstruídas. Ela reúne instrumentos pedagógicos que viabilizam esse propósito a partir da reflexão dos profissionais que as compõem. Docentes e técnicos podem “por abaixo” grande parte dos entraves interpostos às populações afrodescendentes e que as impedem de viver plenamente a cidadania (p. 58).

Pensando a escola como um ambiente de desconstrução de paradigmas e construção de novos conceitos, é relevante levar os episódios de injúria racial para dentro das discussões, provocar uma reflexão crítica nos alunos para que estes não se tornem agentes do *modus operandi*. Este é o objetivo da lei 10639/03, trazer à luz a questão do afrodescendente em todas as áreas de conhecimento, a fim de buscar caminhos para dissipar conflitos, tornar a sociedade conhecedora da sua história a fim de valorizá-la e respeitá-la.

Podemos analisar que a dicotomia se torna clara e evidente ao passo que adentramos nas particularidades das leis e do entendimento judicial, o sistema jurídico brasileiro diferencia racismo de injúria racial. O sistema jurídico brasileiro quando instado a se pronunciar sobre fato jurídico ocorrido com o goleiro Aranha, do Santos Futebol Clube, se decidiu pela injúria racial contida no

artigo 140 §3 do Código Penal, porém, determinando pena alternativa concretizada com o comparecimento dos agressores na hora dos jogos do grêmio, a local determinado pelo juiz, durante dez meses e só poderão deixar o local após uma hora do término da partida, e com isso houve a suspensão do processo. Fabiana Claudino, jogadora de vôlei, resolveu não ingressar com ação judicial contra seu agressor, entretanto, não encontramos o desfecho do caso com Fernanda Isis, também jogadora de vôlei.

Acreditamos que o silêncio da mídia no que diz respeito à resposta judicial dada a crimes de injúria racial praticados nos ambientes esportivos leva a uma banalização desses episódios e os perpetua. A teatralização das comoções nas redes sociais não leva a uma reflexão crítica e historicizada dos elementos utilizados para ofender, oprimir e desclassificar o atleta negro.

Neste sentido, a escola é o ambiente propício para se discutir tais questões, pois possui todas as ferramentas pedagógicas necessárias para a desconstrução dos estereótipos que estão vinculados à imagem do cidadão negro.

A lei 10639/03 criou a possibilidade de se discutir a contribuição da cultura africana e afrodescendente para a sociedade e o esporte nacional no ambiente escolar, favorecendo a aprendizagem significativa ao utilizar estes elementos já reconhecidos pelos alunos, tendo o professor como mola propulsora na construção do conhecimento, fertilizando o terreno para a mitigação da influencia racista na sociedade e no esporte.

Portanto, como havíamos questionado no início, percebemos que não é pelo fato do ornitorrinco ter bico que vamos chamá-lo de pato, pois, na realidade, ele é um mamífero semiaquático.

Referências

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. P.292. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 10 de maio de 2016
- BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm acesso em 15 de maio de 2016
- BRASIL. Lei 1.390, de 03 de julho de 1951. Lei Afonso Arinos. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 10 de jul. 1951. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128801/lei-afonso-arinos-lei-1390-51> acesso em 27 de maio de 2016
- BRASIL. Presidência da República. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.html. Acesso em: 26 maio 2016.
- BERTULIO, D. L. L. Considerações sobre a Discriminação de Raça e Gênero na sociedade Brasileira. multiweb Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <http://sites.multiweb.ufsm.br/afirme/docs/Artigos/dora02.pdf> Acesso em abril de 2016.
- CNJ. Conselho Nacional De Justiça. Notícias. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79571-conheca-a-diferenca-entre-racismo-e-injuria-racial> Acesso em abril de 2016

- CARDOSO, L. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. Rev. latinoam. cienc. soc. niñezjuv, p. 607-630, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rics/v8n1/v8n1a28.pdf>> Acesso em abril de 2016.
- COELHO, W. N. B. **A questão racial na escola: um estudo sobre as representações dos agentes da escola sobre os conteúdos etnicoculturais / Wilma de Nazaré Baía Coelho.** – Belém: Unama, 2010.
- COULON, A. **La Etnometodologia.** Madrid: Cátedra, 2005.
- ESPN. O caso do goleiro Aranha Disponível em: <http://espn.uol.com.br/noticia/436034_aranhaechamado-de-macaco-por-torcida-do-gremio> Acesso em: 26 de maio de 2016.
- GLOBO. O caso da jogadora de vôlei Fabiane Claudino. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/volei/noticia/2015/01/capita-da-selecao-sofre-racismo-em-minas-e-desabafado-dificil-de-vivenciar.html>> Acesso em 26 de maio de 2016.
- PRAGMATISMO. O caso da jogadora de vôlei Fernanda Isis. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/10/bunda-de-macaco-jogadora-de-volei-e-vitima-de-racismo-em-jogo-tumultuado.html>> Acesso em 28 de maio de 2016.
- ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php> Acesso em abril. 2016.
- ROCHA, H. S. C. A Experiência com a lei 10639/03 CEFET- PA: Formação Inicial e Continuada In: COELHO, Wilma de Nazaré Baía; Coelho, Mauro Cezar. Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade, ed. Belo Horizonte, Mazza, 2008.
- SILVA, C. A. F. A linguagem racista no futebol brasileiro. In: **Anais do VI Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física.** Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1998, p. 394-406.
- SILVA, C. A. F. *Entrada, ascensão e consolidação dos negros e mestiços no futebol brasileiro.* (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2002.

- SILVA, C. A. F. Racismo para dentro e para fora: o caso Grafite-Desábato. *Lecturas: Educación física y deportes*, Buenos Aires, n. 84, 2005. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1153754>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017
- SILVA, C. A. F. A Linguagem racista no futebol brasileiro. *Revista Corpus et Scientia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2007. Disponível em:<<http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/corpusetscientia/article/view/164>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017
- SILVA, C. A. F.; VOTRE, S. J. **Racismo no Futebol**. Rio de Janeiro: HP Comunicação, 2006.
- SILVA, C. A. F.; VOTRE, S. J. Racist Discourse of the Brazilian Sports Media at the World Cups, *Revista Esporte e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 20, p. 1-23, 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es2001.pdf>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2017
- SOUZA, E. F. Repercussão do discurso pedagógico sobre relações raciais nos PCNs. In: CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e antirracismo na educação: repensando a nossa escola**, ed. São Paulo, Selo Negro, 2001.

Capítulo VII

Eu nem li o jornal

Catia Malachias Silva Crelier

Apesar das evoluções ocorridas no âmbito da Educação Física, muitos preconceitos e estigmas ainda circundam o imaginário de boa parte da população, principalmente dos profissionais da Educação. Ainda há um pensamento que atribui a esta área somente os aspectos motores e desportivizados, desconsiderada a construção do conhecimento e do reconhecimento do movimento como um patrimônio cultural. Quando se pretende abordar uma temática tão complexa e abrangente como é a dívida social que a sociedade brasileira contraiu com a população negra ao longo dos tempos e a lei 10639/03, que é um desdobramento de uma série de políticas de ação afirmativa que visa repará-la, não podemos pensar numa política educacional que não considere as questões socioculturais envolvidas nessa área.

Teoricamente, as tendências desse campo que dão ênfase aos aspectos físicos são consideradas superadas. Há uma tentativa dos teóricos em tornar os aspectos histórico-culturais, cognitivos e sociais mais evidentes. Dentre essas, emerge com muita força e tendência a Crítico-Superadora, preconizada por alguns teóricos desta área, que elaboraram um livro intitulado **Metodologia de Ensino de Educação Física**. Este livro foi publicado no ano de 1992 e apresenta uma nova abordagem para o Ensino de Educação Física:

[...] é necessária uma Educação Física que seja um meio de tornar o aluno conhecedor da

Cultura Corporal. Ela será configurada com temas ou formas de atividades, particularmente corporais, como as nomeadas: jogo, esporte capoeira, ginástica e dança (Coletivo de Autores, 1992, p.61 e 62).

Darido, ao refletir sobre as abordagens que permeiam o âmbito da Educação Física na escola, afirma que a Crítico-Superadora é uma das principais, em oposição aos modelos mecanicistas e desportivizantes, e trazendo em seu bojo um discurso de justiça social. A partir da assertiva da autora, deparamo-nos com um termo pouco ou quase nunca utilizado quando se trata de Educação Física, haja vista que, nos primórdios de sua implementação na escola brasileira, este campo de conhecimento trazia consigo apenas uma conotação desportivizante, de rendimento e excludente.

O modelo mecanicista acima citado diz respeito a uma metodologia muito utilizada em Educação Física, em que o aluno, num ato mecânico, limita-se a repetir as ações executadas pelo professor segundo os comandos estabelecidos. Este modelo caracteriza-se por turmas homogêneas e padrões de movimento estabelecidos pelo professor.

Os modelos desportivizantes são aqueles em que o desporto é o conteúdo exclusivo, em detrimento dos fatores culturais, sociais e afetivos. O rendimento é fundamental nesta concepção, e, nesse sentido, os alunos considerados menos aptos são excluídos das aulas.

Há algumas décadas, a Educação Física e uma política de ação afirmativa em benefício da população negra poderiam ser consideradas questões distantes uma da outra, principalmente pelo cunho excludente e elitista que a primeira trazia em seu âmago. Uma tendência crítico-superadora que entende este campo de forma tão ampla

pode ser um meio de implementar a lei 10.369/03 de forma dinâmica e contundente nesta área de conhecimento.

Como já dito anteriormente, a abordagem aqui estudada preconiza que o conteúdo a ser estudado em Educação Física é a Cultura Corporal (expressão corporal como linguagem social e historicamente construída), num conceito que leva em conta a questão histórica nela envolvida. A partir de dimensão histórico-político-filosófica, a cultura corporal incorpora sentidos de forma a se ter um patrimônio histórico, científico e cultural das práticas corporais (Coletivo de Autores, 1992).

A abordagem proposta pelos autores da referida publicação permite um espaço para algumas reflexões relacionadas à questão racial no Brasil, fazendo emergir alguns questionamentos: como falar de cultura brasileira sem considerar a cultura africana e a afro-brasileira, que tanto contribuíram e contribuem na construção de nossa sociedade? Como desprezar em nossas aulas as manifestações desses povos que têm o movimento como linguagem de alegria, dor, resistência, manutenção de cultura, entre outros? As manifestações corporais que formam a cultura brasileira são inegavelmente marcadas pela africanidade. Sendo a escola um espaço democrático e laico, é pertinente resgatar a cultura africana e afro-brasileira.

A lei 10639/03 emerge nesses tempos como uma medida reparatória, um meio de tentar quitar ou ao menos amenizar a dívida social que a nação brasileira adquiriu ao longo dos tempos com a população afrodescendente, dívida que ainda hoje posiciona essa população num lugar de subalternidade / inferioridade, onde não há condições igualitárias de acesso aos recursos tecnológicos e educativos. No seu artigo 26, a lei afirma que os conteúdos referentes à cultura e história

dos africanos e da África devem ser ministrados em todos os níveis de ensino e em todos os campos disciplinares. Nesse contexto, a Educação Física surge como uma maneira de tornar o aluno conhecedor e valorizador dos aspectos corporais e culturais de origem africana, numa tentativa de ampliar o currículo, para que as manifestações culturais desse povo sejam difundidas e seu papel na construção de nossa sociedade, valorizado. Para que isso aconteça, é necessário que este profissional, além de conhecedor dessas manifestações, se posicione como um agente político, que irá influenciar de forma contundente a formação ideológica de seu alunado.

É impossível tratar de política e educação sem falar em Paulo Freire, que afirma que “educar é um ato político”. Ao pensar a formação ideológica do profissional, Freire afirma que:

Se a reprodução da ideologia dominante implica, fundamentalmente, a ocultação de verdades, a distorção da razão de ser de fatos que, explicados, revelados ou desvelados trabalhariam contra os interesses dominantes, a tarefa das educadoras e dos educadores progressistas é desocultar a verdade, jamais mentir. A desocultação não é de fato tarefa para os educadores a serviço do sistema (Freire, 2001, p. 98).

Esta afirmação de Freire é altamente esclarecedora quando pensamos na questão racial brasileira e, principalmente, no âmbito educacional. Vivemos num país onde o racismo, o preconceito racial e a discriminação racial se manifestam em diversas situações. Sabemos que essa prática se desenvolve em virtude de toda uma historicidade marcada primeiramente pelo momento em que os africanos são escravizados nos nosso país e a

população negra é estigmatizada pela ideologia dominante, numa estigmatização que apresenta o negro como alguém de humanidade duvidosa, de pouca ou nenhuma inteligência, sem beleza, dado a vícios e ardiso, entre outros estigmas.

Infelizmente, essas ideias ainda permeiam o imaginário de grande parte da sociedade, pois essa é a ideologia dominante. Para Freire, o professor deve andar em direção contrária a essa ideologia, não ocultando as verdades históricas, as relações de poder e as questões de mercado envolvidas no processo de escravização, evidenciando em quais circunstâncias esse processo de construção da ideologia racista se deu e se dá até os dias atuais. A respeito da construção desse preconceito no imaginário, como afirmam Fernandes e Bastide (1951):

[...] os ressentimentos criados em algumas esferas da população branca pela Abolição não chegaram a intensificar as manifestações do preconceito racial, que continua a ser exteriorizado socialmente de forma discreta e branda. E os negros não conseguiram condições sociais de vida que favorecessem a transferência dessas manifestações do preconceito racial do plano da consciência social para o da crítica ideológica. Sob o manto da igualdade jurídica e política, mantinha-se não só a desigualdade econômica e social entre brancos e pretos, mas ainda a antiga ideologia racial, com todas as ilusões que ela encobria (Fernandes; Bastide, 1951, p. 332)

A discriminação racial e o racismo podem se manifestar sob diversas formas dentro do contexto escolar. Porém, isso fica ainda mais flagrante durante as aulas de Educação Física, em que os corpos ficam em

evidência, onde as potencialidades físicas são demonstradas ou não, onde muitas vezes ocorrem escolhas de equipes entre os alunos e onde há prática de esportes. Neste momento, por muitas vezes, a discriminação racial se manifesta. Nas aulas de Educação Física, os corpos estão expostos, os corpos dos alunos brasileiros, de todas as cores e raças, carregados de história, carregados de estigmas, corpos que são vítimas da ideologia dominante, uma ideologia racista.

A lei 10639/03 tem uma perspectiva reparatória, e uma das reparações por ela proposta é a de valorização da cultura africana e afro-brasileira. A Educação Física, como já dito, tem como conteúdo os aspectos culturais relacionados ao corpo. Sabemos que a sociedade brasileira é composta etnicamente por três pilares: branca europeia, indígena e negra africana, porém, sabemos que as desigualdades raciais residem na hierarquização dessas etnias, em que a branca europeia se sobrepõe em detrimento da indígena e da africana. Qual pilar étnico a Educação Física brasileira tem privilegiado em sua prática?

Sabemos que há um grande empenho do MEC em investir na formação de professores. Porém, no que tange ao âmbito da Educação Física, não percebemos uma inclinação direcionada à cultura negra-africana. Este é um dos fatores que contribuem para a não-valorização e a não-implementação de conteúdos referentes à cultura afro-brasileira. Vejamos, a seguir, a origem disso e as mudanças que se fazem necessárias para que a Educação Física cumpra seu papel enquanto instituição afirmativa da igualdade social e racial.

Carmem Lúcia Soares, em 2007, buscou redesenhar toda a trajetória da Educação Física, sua origem e evolução. A obra intitula-se **Educação Física: raízes europeias e Brasil**.

No prefácio, a professora Heloísa Helena afirma que o nascimento da Educação Física se articula a intentos de ordenação, disciplinamento e controle social, por meio de um exaustivo investimento sobre o corpo. Corroborando, Soares (2007) acrescenta que o século XIX é importante para entendermos a Educação Física, pois é nesse momento que se consolidam conceitos relacionados ao corpo (objeto de estudo da Educação Física) e a classe burguesa se consolida na Europa, principalmente na França.

Na consolidação dos ideais da Revolução Burguesa, a Educação Física se ocupará de um corpo a-histórico, indeterminado, um corpo anatomofisiológico, meticulosamente estudado e cientificamente explicado (Soares, 2007, p. 6).

Esse corpo a-histórico, infelizmente, está presente e é valorizado ainda no âmbito da Educação Física. Isso se reflete nos conteúdos que são ministrados. Os desportos, que são ministrados em toda a educação básica (basquetebol, handebol, voleibol e futebol), são todos de origem europeias. Não vemos nessa prática nada de tão preocupante, pois as modalidades supracitadas fazem parte da cultura esportiva do nosso país, embora o futebol possua muito mais força. O que nos preocupa é a resistência de muitos profissionais em implementar no contexto escolar as manifestações corporais genuinamente brasileiras, e as de raízes africanas, de forma a valorizar a cultura nacional de forma ampla, como preconiza a lei 10639/03.

A Educação Física foi utilizada ao longo de sua história como um poderoso trunfo da classe burguesa dominante na Europa e no Brasil, particularmente no período em que a eugenia e o processo de embranquecimento

caminhavam paralelamente. Soares (2007) cita que foi fundada em Londres, no ano de 1985, a Eugenic Society. Sobre isso, diz a autora:

A eugenia ousou ser a ciência capaz de explicar biologicamente a humanidade, fornecendo uma ênfase exacerbada na raça e no nascimento... permitiu a utilização do argumento raça para justificar toda a exploração de classe ou colonial; podendo provar que brancos e negros são de raças diferentes (Soares apud Bernal, 1976, p. 1119).

O termo eugenia foi criado por Francis Galton (1822-1911), que o definiu como o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações, seja física ou mentalmente.

No Brasil, a Educação Física estava vinculada ao ideal de eugenia, que preconiza o embranquecimento da sociedade brasileira. Desta forma, qualquer manifestação de origem africana seria relegada a segundo plano, pois o objetivo era não só tornar a sociedade brasileira branca, mas também supervalorizar a cultura europeia. Percebemos, então, que a Educação Física no século XIX era usada como uma ferramenta para a classe dominante, sendo mais um veículo de disseminação do ideário racista. Corroborando, os PCN afirmam que:

Visando a melhorar a condição de vida, muitos médicos assumiram uma função higienista e buscaram modificar os hábitos de saúde e higiene da população. A Educação Física, então, favorecia a educação do corpo, tendo como meta a constituição de um físico saudável e equilibrado organicamente, menos suscetível

às doenças. Além disso, havia no pensamento político e intelectual brasileiro da época uma forte preocupação com a eugenia. Como o contingente de escravos negros era muito grande, havia um temor de uma “mistura” que “desqualificasse” a raça branca. Dessa forma, a educação sexual associada à Educação Física deveria inculcar nos homens e mulheres a responsabilidade de manter a “pureza” e a “qualidade” da raça branca (Brasil, 1997, p. 19).

Cientificamente, a diferença entre as raças humanas não existe, porém, este termo é sociologicamente utilizado para classificar grupos humanos que ocupam posições sociais diferenciadas.

A Educação Física no Brasil é pensada sob diversos aspectos, e inúmeras abordagens são vinculadas a ela. Porém, sua inserção na escola atualmente é democrática quanto aos conteúdos? As manifestações corporais afro-brasileiras e africanas têm sido implementadas no âmbito escolar com o devido empenho e atenção? Nossos professores têm recebido, na formação acadêmica, um respaldo teórico-científico que lhes permita trabalhar a temática racial em Educação Física no âmbito escolar?

A legislação vigente no âmbito da educação respalda a proposta ora apresentada, pois preconiza a valorização e o conhecimento da cultura brasileira, bem como suas origens, como demonstram os PCN:

A Educação Física precisa buscar sua identidade como área de estudo fundamental para a compreensão do ser humano enquanto produtor de cultura (PCN de Educação Física para o EM).

De acordo com os PCNs de Educação Física para o Ensino Fundamental para o terceiro e quarto ciclos, a cultura corporal de movimento deve ser o conteúdo a ser trabalhado no contexto escolar. Este documento defende que o ser humano, desde suas origens, produziu cultura, não se tratando de cultura num termo usual, como detenção de conhecimento, mas sim como produtos da coletividade, que o cria, recria e transcende, dimensão abordada pelo PCN:

Desta forma os jogos, brincadeiras, esportes, danças, as ginásticas e as lutas têm em comum a representação corporal de diversos aspectos da cultura humana. São atividades que ressignificam a cultura corporal e o fazem utilizando ora uma intenção mais próxima do caráter lúdico, ora mais próxima do pragmatismo e da objetividade (PCN de EF para o Ensino Fundamental, p. 28).

Percebemos a intenção dos parâmetros em ressignificar a concepção de corpo nos professores de Educação Física, abolindo o reducionismo do termo, que geralmente está atrelado à aptidão Física, para um rendimento padronizado, uniforme. O que eles propõem é uma visão de corpo histórico, cultural, afetivo, político e social.

No estudo das questões raciais, o corpo exerce grande influência, pois é ele que é marcado por características fenotípicas. Porém, esses fatores determinados pelo código genético eram os fundamentos nos quais os teóricos eugenistas baseavam suas teorias racistas e discriminatórias.

Os PCN tratam da influência da mídia na cultura corporal de movimento da influência que esta exerce

sobre o corpo das pessoas, ressignificando o conceito de corpo para os professores de Educação Física:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (PCN de Educação Física para o Ensino Fundamental, p. 28).

Segundo os PCN, é papel fundamental da Educação Física abordar questões sensíveis e polêmicas como esta. Os parâmetros defendem que os professores devem assumir uma postura crítica diante desses padrões de beleza estabelecidos pela mídia, apesar de sabermos o poder da influência que esta exerce no imaginário coletivo. Eles afirmam que é necessário elucidar tais questões para que a Educação Física não torne a ser uma reprodutora dos ideais dominantes.

Ao refletir sobre os conteúdos a serem tratados no terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental, os PCN propõem três critérios que serão fundamentais na prática docente. São eles: Relevância social, Característica dos alunos e Especificidades da área.

Foram selecionadas práticas da Cultura Corporal de movimento que têm presença marcante na sociedade brasileira cuja aprendizagem favorece a ampliação das capacidades de interação sociocultural... que os conteúdos da área contemplem as demandas sociais apresentadas pelos Temas Transversais (PCN, p. 67)

Podemos observar que as manifestações corporais de matriz africana e afro-brasileira encontram lugar nos PCN, pois são de grande relevância social. Elas fazem parte da história da maioria do nosso alunado, já que vivemos num país onde mais da metade da população se autodeclara negra. Estas práticas corporais trabalhadas em ambiente escolar ampliarão o acervo cultural de nossos alunos, permitindo-lhes conhecer suas origens e sua história.

Em outro critério estabelecido pelos PCN, tem-se a afirmativa de que os conteúdos devem respeitar as características dos alunos:

A definição dos conteúdos buscou guardar uma amplitude que possibilite a consideração das diferenças entre regiões, cidades e localidades brasileiras e suas respectivas populações (PCN, p. 67).

Sabemos que o Rio de Janeiro comporta uma grande massa da população negra no Brasil. Este estado abrigou, nos séculos de escravização, o maior mercado de escravos do país, o Valongo, localizado na Praça Mauá. Por conseguinte, a população negra estabelece-se em meio à repressão, uma vez que sua história está diretamente ligada à escravidão e à opressão. Nesse momento, a população africana trazida para o Brasil era impossibilitada de manifestar sua cultura, mas, mesmo em meio a todos os mecanismos repressivos, criou e recriou hábitos e valores, dando origem àquilo que chamamos atualmente de Cultura Afrobrasileira, que é frequentemente excluída do ambiente escolar. Um dos objetivos gerais do Ensino Fundamental é tornar o aluno conhecedor e valorizador de sua cultura, tornando-o apto a repudiar todo e qualquer tipo de preconceito.

A Educação Física Escolar, enquanto instituição, pode ser vista como um dos principais fios condutores entre a escola e a temática afrobrasileira e africana, visto que a expressão corporal é a linguagem viva que caracteriza estes povos. Havendo a inserção desses conteúdos de forma política e consciente, nossos alunos poderão assumir uma postura crítica diante das desigualdades raciais que desembocam em graves problemas socioeconômicos da população brasileira.

Percebendo, então, que a Lei 10639/03, que altera a LDB, a legislação magna da Educação brasileira, emerge no sentido de tornar viável o que os PCN propõem no que tange aos conteúdos.

Os blocos de conteúdos são divididos em três grandes grupos: o 1º- Esportes, jogos, lutas e ginásticas; 2º- Atividades rítmicas e expressivas; 3º- Conhecimento sobre as partes do corpo. Dois desses grandes grupos apresentam relação direta com a Lei 10639/03. Como exemplos, temos, além da capoeira, o lundu, o jongo, o maculelê, o kuduro, entre outros.

A CAPOEIRA

Seria um extremo reducionismo classificar a capoeira em apenas um dos blocos de conteúdos citados no capítulo anterior. A capoeira é arte marcial, é dança, é expressão, é esporte, é um estilo de vida. A singularidade assumida pela capoeira deve-se ao fato de ela ser completa e dinâmica. Ela pode ser poesia: as músicas cantadas nas rodas trazem à memória a luta dos negros contra a opressão dos senhores e da sociedade, conclamando-os para a guerra e também para uma confraternização. A capoeira pode ser uma brincadeira de roda ou uma briga de vida ou morte, ou seja, ela é um universo vivo, que nasceu na senzala, e gira por todo o

mundo atualmente. Ela hoje está presente nos cinco continentes, em mais de 150 países.

Mas nem sempre foi assim. Há uma história de resistência institucionalizada contra a capoeira, como se percebe no Código Penal brasileiro:

Capítulo XIII – Dos vadios e capoeiras

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou inculcando temor de algum mal;

Pena — de prisão celular por dois a seis meses.

A penalidade é a do art. 96

Parágrafo único. É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabaças, se imporá a pena dobro.

Art. 403. No caso de reincidência será aplicada ao capoeira, no grau máximo, a pena do art. 400.

Parágrafo único. Se for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Se nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor o público e particular, perturbar a ordem, a tranquilidade ou segurança pública ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes.¹

Observamos que o Estado reprimia esta prática de forma bem contundente. A institucionalização dos estigmas atribuídos aos negros é também cabível a tudo

¹ Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil (Decreto número 847, de 11 de outubro de 1980).

o que ele produz. A capoeira é produção de cultura. Ela é o único esporte nacional, como afirmou Getúlio Vargas.

Vemos que, apesar de toda uma política repressiva contra a capoeira, ela sobreviveu e hoje é o único esporte genuinamente brasileiro, sendo muito praticado em espaços públicos. Porém, são inúmeros os fatores que impedem a implementação da capoeira como parte integrante dos blocos de conteúdo propostos nos PCN.

Vejamos dois deles: em primeiro lugar, temos o despreparo de muitos profissionais para a prática de um ensino consciente e direcionado da capoeira; temos o preconceito e a discriminação racial.

Em 1991, os pesquisadores Mauro e Wilma Coelho afirmam que a formação universitária brasileira é fragmentária e muitas vezes se dá de maneira desvinculada de um projeto de sociedade. As escolas de Educação Física muitas vezes se omitem no que tange à temática racial ou atuam de forma superficial, não dedicando a devida atenção a este assunto.

O racismo e a discriminação racial manifestam-se no imaginário coletivo de forma a não somente desvalorizar o indivíduo negro, mas também a sua religiosidade, cultura e história. A religiosidade africana influencia de forma contundente a vida do indivíduo, na culinária da família, nos jogos e danças. Como já foi dito, ela camuflava rituais de dança, sendo uma forma de treinamento para a luta. Por conta disso, a capoeira ainda sofre grande preconceito, pelo fato de as pessoas se relacionarem com a religiosidade de matriz africana. Hoje, porém, após ter sido influenciada por diversas culturas, a capoeira é reinventada e praticada por pessoas de diversas religiões.

A capoeira constitui um importante conteúdo em toda a Educação Básica, na medida em que trabalha inúmeras habilidades físicas: agilidade, ritmo, força, flexibilidade,

entre outras. Numa perspectiva social, a capoeira possibilita um trabalho em equipe, no qual a limitação do outro deve ser respeitada, a fim de tornar o aluno conhecedor de sua cultura.

MACULELÊ

O maculelê é uma dança de matriz africana, muito ligada à capoeira, que se origina em Santo Amaro da Purificação, onde era praticada em festas profanas e, inicialmente, somente por homens. O facão é um instrumento utilizado nesta dança.

Como a maioria das manifestações de matriz africana, pouco se sabe sobre sua real origem. Porém, uma das hipóteses mais aceitas é a de que existia uma aldeia indígena a qual havia um negro fugido, cujo nome era Maculelê. Este, por não poder participar de alguns rituais da aldeia por ser negro, ficou sozinho, enquanto os demais homens foram caçar. Nesse ínterim, a aldeia foi invadida por homens de outra etnia. Maculelê, bravamente, lutou sozinho contra todos eles e saiu vitorioso. Quando os homens da aldeia retornaram da caçada e souberam da façanha, comemoraram, imitando os golpes utilizados por Maculelê.

Segue uma das letras mais cantadas nas apresentações de maculelê, cuja letra endossa a versão ora apresentada.

*Certo dia na cabana um guerreiro
Certo dia na cabana um guerreiro
Foi atacado por uma tribo pra valê
Pegou dois paus, saiu de salto mortal
E gritou pula menino, que eu sou Maculelê
Ê pula lá que eu pulo cá
Que eu sou Maculelê
Ê pula lá que eu quero vê*

*Que eu sou Maculelê
Ê pula eu pula você
Que eu sou Maculelê
Ê pula lá que eu quero vê
Que eu sou Maculelê (bis)*

*Minha mãe é brasileira
O meu pai é brasileiro
E o que é que eu sou
Eu sou é brasileiro (2x)²*

Outra versão da origem do maculelê conta que os homens, durante o trabalho no canavial, cantavam e dançavam para lamentar a situação de opressão por eles vivida.

Esta multiplicidade de versões quanto à sua origem faz do maculelê uma manifestação muito mais rica, numa dança que reproduz, ao mesmo tempo, passos de luta e trabalho no canavial. Num contexto interdisciplinar, o maculelê pode ser trabalhado por meio da abordagem de assuntos como o trabalho escravo nos canaviais brasileiros. Tanto num contexto histórico-critico quanto num contexto motor, o maculelê pode proporcionar muitas experiências motoras ao educando.

JONGO

Também conhecida como Caxambu, o jongo é uma manifestação de origem africana que muito influencia a cultura popular brasileira. Muitos acreditam que jongo é ancestral do samba. Segundo Lopes (2006), do batuque dos povos bantos de Angola e do Congo originam-se os principais ritmos e danças do Brasil e das Américas, como o samba e o jongo.

² Extraído do site Vagalume. 0

É um ritmo tocado por instrumentos africanos, como atabaque, cuica e chocalho. É dançado em forma de roda, onde os participantes, homens e mulheres, giram no sentido anti-horário, com passos que requerem muito ritmo, havendo saltos, giros e muito molejo. Os participantes dançam descalços e geralmente a roda de jongo é realizada à noite. Num período histórico marcado pelo fracasso econômico de muitas regiões do país, o tráfico negreiro intensifica-se na direção do Sudeste brasileiro, principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde era necessário o uso da mão de obra escrava para as fazendas de café do Vale do Rio Paraíba e na mineração.

Esta manifestação, que envolve dança, música e oralidade era uma maneira de os donos de fazenda se distraírem e permitirem que, pela prática do jongo, os negros amenizassem a revolta em relação à escravidão. Este era um dos poucos momentos em que os negros confraternizavam e tinham alguma oportunidade de contato. O jongo era permitido nos dias dos santos católicos, apesar de a dança ser profana. Porém, uma atmosfera religiosa permeava a dança, pois somente os mais velhos dançavam e os mais jovens deveriam apenas observar. Havia muita cautela por parte dos mais idosos ao ensinar o jongo, e os mais jovens deviam demonstrar muita dedicação e respeito ao aprendê-lo.

Um fator muito interessante no jongo é que as letras das músicas são feitas de improvisos, enigmas chamados *pontos*, onde aquele a quem está direcionado, *precisa* descobri-lo. Caso esse ponto não fosse descoberto, uma espécie de 'feitiço' recairia sobre aquele que não descobriu.

KUDURO

É um gênero musical, principalmente de dança,

nascido em Angola, hoje muito popular no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro. Ao contrário das outras manifestações apresentadas, o kuduro tem origem mais recente, porém, já ganha adeptos pela região da Europa. As letras, geralmente escritas em Português, possuem contribuições do Quimbundo (dialeto local). A dança requer muita agilidade dos membros inferiores e superiores e fortes movimentos de quadris.

LUNDU

O lundu é uma dança, um ritmo de origem africana. É considerada a primeira dança praticada com pares entrelaçados. Originalmente ao som dos batuques e demais instrumentos, os homens, através de movimentos altamente sensuais, cortejam as mulheres, que, também com passos sensuais, se deixam cortejar. No final, os casais saem do salão, como se estivessem indo consumir o ato sexual. O lundu chegou a ser excomungado pelo Papa, devido ao aspecto lascivo por ele apresentado. Porém, com o decorrer do tempo, o lundu, reinventado, tornou-se uma dança alegre e vibrante, requerendo, por parte de quem o pratica, uma grande coordenação motora, além de equilíbrio e ritmo.

Precisamos, no nosso trabalho cotidiano, incorporar o discurso da diferença não como um desvio, mas como algo que enriquece nossas práticas e as relações entre crianças, possibilitando, desde cedo, o enfrentamento de práticas de racismo, a construção de posturas mais abertas às diferenças e conseqüentemente a construção de uma sociedade mais plural (Abramowicz et al., 2006, p.74).

Para que o professor de Educação Física consiga implementar a lei 10.693/03 de forma efetiva, alguns fatores internos e externos a ele precisam ser considerados.

O professor precisa compreender que está ministrando uma disciplina que ainda é passível de diferentes interpretações quanto à sua relevância no contexto escolar, estando sua prática muita das vezes desatrelada do Projeto Político Pedagógico da escola ou estando a serviço de outras disciplinas.

A Educação Física também está sujeita a muitas abordagens, o que ocasiona ainda uma grade discussão nos meios acadêmicos quanto ao objetivo de estudo, o objetivo da disciplina no âmbito escola, a metodologia a ser utilizada e, principalmente, sobre os conteúdos a serem ministrados em todos os níveis de ensino. Este é um fator que pode limitar a atuação do professor, uma vez que sua ação no contexto escolar deverá estar sujeita à proposta pedagógica da escola. Uma pedagogia tradicional, ainda muito presente nos meios escolares, impossibilitará abordar um assunto como a africanidade e a sociedade brasileira.

A proposta Crítico-Superadora, apresentada aqui neste trabalho, daria subsídios teóricos para a implementação dos conteúdos apresentados no capítulo anterior. O professor precisa estar consciente de que ministra uma disciplina que, durante muito tempo, esteve a serviço da classe dominante. Uma das suas principais características era a aptidão física; por conseguinte, a exclusão e a meritocracia sempre estiveram presentes. Nas duas últimas décadas, os autores têm rompido esses pressupostos, porém, no cotidiano escolar, poucas mudanças são observadas nesse aspecto.

O professor precisa se ver como um sujeito político capaz de trazer para o âmbito escolar os fatores históricos

que fizeram e fazem com que assuntos relacionados à população negra e a suas origens sejam silenciados ou retirados dos conteúdos escolares.

O professor negro, principalmente o que leciona no ensino público, necessita enxergar-se como um cidadão que compõe uma parcela muito pequena da sociedade brasileira; portanto, ele deve emergir como um referencial para o alunado, visto que tais referenciais positivos são escassos nos meios de comunicação mais acessíveis. Deve banir do ambiente escolar todo tipo de discriminação, principalmente a racial. Esta consequência será necessária, pois geralmente atitudes racistas se manifestam no contexto escolar. Sobre este aspecto, Coelho e Coelho (2008) corroboram tal opinião, afirmando que

A discriminação experimentada na comunidade escolar revela-se no feixe de relações entre alunos, entre professores, e ainda entre categorias de agentes que têm presença nesse 'campo' (p.21).

Na obra, os autores citam inúmeros relatos de professores que já foram vítimas de racismo, além de mostrar que, nas relações entre professor e aluno, o racismo manifesta-se na transgressão do princípio da autoridade e da hierarquia. Propõem que o professor deva fazer das manifestações racistas e discriminatórias oportunidades para refletir sobre a temática, trazendo algum texto, filme ou outro instrumento que possa auxiliar na reflexão. O livro apresenta relatos de professores que ainda se julgam num paraíso racial no que tange ao ambiente escolar, o que é muito preocupante, pois onde não se enxerga o conflito, não se abre para a reflexão. Por conseguinte, o racismo se fortalece e as atitudes discriminatórias consolidam-se nas relações.

Percebemos, ao longo do trabalho ora apresentado, que a Educação Física enquanto instituição surgiu para suprir os interesses da classe dominante, não negra, que, através de inúmeros mecanismos, oprime a população negra. Podemos citar inúmeros, como a eugenia, a censura da capoeira, a adoção prioritária dos métodos e conteúdos de origem europeia, dentre outros.

A lei 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, é uma medida reparatória que visa minimizar o prejuízo obtido pela população negra brasileira, no sentido de privação de acesso igualitário aos bens naturais, culturais e econômicos, conclamando a educação como principal viés para a transformação desta realidade. Para tanto, nenhum eixo disciplinar pode ser silenciado e para que isto ocorra no âmbito da Educação Física, esta terá que ser repensada e recriada no que tange a conteúdos, métodos e princípios sociofilosóficos.

A Educação Física vem contribuir para a formação pessoal do aluno e não somente como um apêndice em sua formação, resignificando a concepção de *corpo* não somente no âmbito e determinações de padrões de beleza e estéticos, mas na visão do coletivo, cultural, afetivo, político e social, com grande relevância social. A legislação vigente propõe uma educação democrática, igualitária, onde as diversas culturas sejam valorizadas, porém, o que observamos é a hierarquização das culturas, onde as vertentes africana e afrobrasileira são discriminadas e inferiorizadas de diversas maneiras, principalmente no âmbito escolar e no discurso de muitos educadores, que afirmam, por exemplo, que a cultura africana contribuiu para a formação da sociedade brasileira, sugerindo que uma outra “cultura superior” (no caso, a europeia) teria formado, enquanto a africana apenas auxiliado.

Para que a lei 10.639/03 seja implementada no ambiente escolar, resgatando os alunos de todas as cores, credos e posições sociais a africanidade e a afrobrasilidade que é inerente ao povo brasileiro, é necessário repensar o nosso fazer pedagógico no âmbito da Educação Física, tornando o aluno pleno conhecedor e valorizador da Cultura Corporal.

Considerando-se o modelo universitário atual e os cursos de formação de professores de Educação Física, percebemos que há um distanciamento entre o que é determinado pela lei através de inúmeros documentos e a prática educacional vigente. A formação desses professores ainda está voltada para um modelo excludente, mesmo que os pressupostos teórico-filosóficos não defendam esta prática.

Quanto aos conteúdos voltados para a temática africana e afrobrasileira, eles ainda são excluídos dos planos de curso de duas maneiras, ora sendo simplesmente desconsideradas, não sendo vistos como relevantes para ser veiculado no Ensino Fundamental, ou são tratados de forma altamente superficial, reduzindo-se a apenas uma apresentação de dança, ou uma “mostra” de atividades relacionadas, que acontecem em um dia, sem que nenhuma contextualização seja feita, nenhuma reflexão em torno da temática racial seja realizada.

O desafio é grande, pois enquanto a ideologia racista encontra-se estabelecida de forma rígida, algumas leis, como a 10639/03, enveredam pela tentativa de transformar a prática pedagógica. Mas como modificá-la dentro de um contexto discriminativo e excludente?

Referências

- ABRAMOWICZ, A.; OLIVEIRA, F. A escola e a construção da identidade na diversidade. In: ABRAMOWICZ, A; BARBOSA, L A; SILVÉRIO, V. R. (orgs) **Educação como prática da diferença**. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados): 2006. P.41-63
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. MEC
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**/ Secretaria de Educação – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- COELHO, W. N. B.; COELHO, C. (Org.). **Raça, cor e diferença: A escola e a diversidade**. Belo Horizonte. MAZZA, 2008
- COLETIVO DE AUTORES: **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo. ed. Cortez, 1992.
- DAÓLIO, J. **Da cultura do corpo**. Campinas: Papiрус, 1995.
- FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- FERNANDES, F.; BASTIDE, R. O preconceito racial em São Paulo. In: **Branços e Negros em São Paulo**. São Paulo: USP, 1951.
- LOPES, N. **Dicionário escolar afro-brasileiro**. São Paulo: Selo Negro, 2006.
- SOARES, C. L. **Educação Física: raízes européias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1994.
- VAGO, T. M. Educação Física: um olhar sobre o corpo. **Revista Presença Pedagógica**, 2008

Colaboradores



Aroldo Evangelista da Silva Junior

Graduado, com licenciatura e bacharelado em Educação Física pelo Centro Universitário Augusto Motta. Aluno do Programa de Mestrado em Ciências da Atividade Física da Universidade Salgado de Oliveira.



Allan de Oliveira Lopes

Graduado em Licenciatura em Educação Física pela UCB - Universidade Castelo Branco e Bacharel em Educação Física pela UNISUAM - Universidade Augusto Motta.



Luiz Felipe Roque da Silva

Aluno do Programa de Mestrado em Ciências da Atividade Física da Universidade Salgado de Oliveira; Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior (SENAC); Pós-Graduando no Curso MBA em Empreendedorismo, Gestão e Marketing de Empresas (Faculdade Gama e Souza); Bacharel em Direito (UCAM); Advogado; Técnico em Transações Imobiliárias e Avaliador de Imóveis (IPA); Gestor Imobiliário; Professor Efetivo de Transações Imobiliárias no Instituto Paulo Apóstolo (IPA); Membro da Equipe de Professores do Instituto de Ensino UPGRADE; Professor Convidado dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

MBA em Empreendedorismo, Gestão e Marketing de Empresas, e MBA em Gestão e Marketing de Academias (Faculdade Gama e Souza).



Catia Malachias Silva Crelier

Aluna do Programa de Mestrado em Ciências da Atividade Física da Universidade Salgado de Oliveira; Pós-Graduada em Relações Étnico-Raciais e Educação (CEFET-RJ); pós-graduada em Psicomotricidade pela Universidade Castelo Branco; Licenciada em Educação Física pela Universidade Castelo Branco. Professora e Coordenadora Adjunta do curso de Educação Física do Conservatório Brasileiro de Música (UNICBE- CBM), professora efetiva da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e da Prefeitura Municipal de Belford Roxo.



Jorge Felipe Columé

Pós-Doutor em Artes pela UERJ, Doutor em Educação Física e Cultura pela Universidade Gama Filho, professor da Unisuam e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Coordenador Pedagógico do Centro de Educação Física e Esportes da FAETEC, Consultor Pedagógico da rede de ensino de lutas Team Nogueira, Coordenador Pedagógico do Instituto Irmãos Nogueira, sócio-pesquisador do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.



Raphael Almeida Silva Soares

Aluno do Programa de Mestrado em Ciências da Atividade Física da Universidade Salgado de Oliveira; Especialista em Educação Física Escolar; Licenciado e Bacharel em Educação Física pela Universidade Salgado de Oliveira; Professor em Academias de

Ginástica e de Capoeira. Professor convidado dos cursos de Pós Graduação Latu Sensu em Educação Física Escolar e Treinamento Desportivo e Funcional da Universidade Salgado de Oliveira.



Juliana de Jesus Pinheiro Peres

Professora efetiva do Ensino Básico Técnico e Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestre em Ciências da Atividade Física pela Universidade Salgado de Oliveira, com Especialização em Educação Física Escolar pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Acupuntura pela ABACO. Foi professora efetiva do Ensino Básico pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro de 2010

a 2015 e pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro de 2008 a 2010.



Rodrigo da Silva Abreu

Professor de Educação Física e pesquisador de relações étnico-raciais no esporte. Graduado pelo Centro Universitário Augusto Motta, vem desde a graduação aprimorando suas reflexões neste campo de pesquisa.



Felipe da Silva Triani

Professor e Pesquisador com Mestrado em Humanidades, Culturas e Artes, dedica-se ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Representações Sociais na/para a Formação de Professores - LAGERES - e ao Grupo de Estudos em Escola, Esporte e Cultura - GPPEsC.



Simone Freitas Chaves

Doutora em Educação Física pela Universidade Gama Filho, atuando com pesquisas na área da Educação Física Escolar, Corpo, Cultura e Imaginário Social. Professora adjunta da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde desenvolve os projetos de pesquisa e extensão ligados ao grupo de pesquisa do CNPq, Corpo, Cultura e Imaginário social.



Carlos Alberto Figueiredo da Silva

Atualmente desenvolve estudos sobre Atividade Física e Relações Étnico-Raciais. Doutor em Educação Física, com Pós-Doutorado em Gestão do Desporto. Atua como Professor do Mestrado em Ciências da Atividade Física na Universidade Salgado de Oliveira, no Gabinete de Gestão Desportiva da Faculdade do Desporto, Universidade do Porto, e também no Centro Universitário Augusto Motta, na área de Gestão Educacional.



H. P. Comunicação
Editora